

UNIVERSIDADE DE MARÍLIA

CLÁUDIA JACON DIAS

**FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:**  
UMA PROPOSTA DE BALANÇO SOCIAL NO BRASIL

MARÍLIA  
2020

CLÁUDIA JACON DIAS

**FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:**  
UMA PROPOSTA DE BALANÇO SOCIAL NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Marília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Marisa Rossignoli.

MARÍLIA  
2020

Dias, Cláudia Jacon

Função social da empresa e desenvolvimento econômico:  
uma proposta de balanço social no Brasil / Cláudia Jacon Dias. –  
Marília: UNIMAR, 2020.  
102f.

Dissertação (Mestrado em Direito – Relações Empresariais,  
Desenvolvimento e Demandas Sociais) – Universidade de Marília,  
Marília, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Marisa Rossignoli

1. Balanço Social 2. Função Social 3. Responsabilidade Social  
I. Dias, Cláudia Jacon

CDD – 342.233

CLÁUDIA JACON DIAS

FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:  
UMA PROPOSTA DE BALANÇO SOCIAL NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Marília, área de concentração Empreendimentos Econômicos, Desenvolvimento e Mudança Social sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Marisa Rossignoli.

Aprovado pela Banca Examinadora em \_\_/\_\_/\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. Dra.  
Orientadora Marisa Rossignoli

---

Prof. Dr.  
Carlos Francisco Bitencourt Jorge

---

Prof.(a) Dr(a)

Este trabalho é resultado de uma vontade incessante de busca pelo conhecimento. Todas as minhas vitórias são alcançadas com luta e sofrimento, porém a luta passa. O sofrimento é temporário e a vitória conseguida permanece.

Dedico este trabalho a Deus pela força a mim concedida, quando eu mesma não acreditava que conseguiria, foi e é minha fortaleza.

Dedico também ao meu filho João Victor Dias Novaes que tem sido um incentivador dos meus projetos, a memória do meu pai Diego Jacon Dias, que sempre acreditou em mim, as vezes mais mesmo que eu, e no início de 2019 fez sua grande viagem para junto do Pai, sei que está comigo em todo momento e ao meu namorado Adriano de Moraes Tavares que muito compreendeu as ausências e me incentivou.

Agradeço a Professora e Mestre Ana Cláudia Rossetto, Professora e Coordenadora dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis, pela oportunidade, incentivo, carinho e por acreditar no meu potencial.

A Professora Doutora Marisa Rossignoli, minha orientadora, pelo apoio, orientação, disposição, atenção e direcionamento da pesquisa.

A Unimar Universidade de Marília, instituição grandiosa, que me concedeu o privilégio de cursar um Curso de tamanho alcance, a nível mundial de informações, com um quadro de Professores Mestres e Doutores renomados.

## **FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA PROPOSTA DE BALANÇO SOCIAL NO BRASIL**

**RESUMO:** O balanço social é um importante demonstrativo utilizado pelas empresas no intuito de prestar informações sobre sua atuação à sociedade, apresentando projetos, benefícios, e demais ações sociais voltadas para os funcionários, investidores, acionistas, entre outros. O presente estudo versa sobre a importância da divulgação do balanço social pelas empresas, principalmente sob a ótica do desenvolvimento econômico, analisando indicadores, elementos, estruturas e modelos de balanço sociais e apresentando uma proposta de balanço social que poderia ser adotado. Assim, esta pesquisa objetiva discutir e elaborar uma proposta de balanço social como uma ferramenta de suma importância nas decisões empresariais. A pesquisa foi desenvolvida na linha 1 do Programa de Pós Graduação de Direito PPGD-Unimar. Deste modo, por meio de análises de indicadores, elementos, estruturas e modelos de balanços sociais, este trabalho apresenta como resultado a sugestão de um modelo de balanço social, utilizando como embasamento balanços sociais de empresas consagradas em termos de responsabilidade social, como por exemplo, Natura, Bradesco, Banco do Brasil e Itaú. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, com estudo de multicasos e o uso de método dedutivo.

**Palavras-chave:** Balanço social; Função Social; Responsabilidade social.

## **THE SOCIAL REPORT: COMPANY'S SOCIAL FUNCTION AND ECONOMIC DEVELOPMENT: A SOCIAL REPORT PROPOSAL IN BRAZIL**

**ABSTRACT:** The social report is an important statement used by companies to provide information about their performance to the society, presenting projects, benefits, and other social actions directed to employees, investors, shareholders, among others. The present study deals with the importance of the disclosure of the social report by companies, mainly from the perspective of economic development, aiming, through the analysis of indicators, elements, structures, and models of the current social reports, to present an ideal social report. Thus, this research investigates whether companies are not aware of their impact on the environment, listing all the benefits of disclosing social reports. In this way, through analysis of the indicators, elements, structures, and models of social balance sheets, this work presents, as a result, a suggestion of a model of social balance, using as a base, the social balance sheets of renowned companies, such as Natura, Bradesco, Banco do Brasil and Itaú. The work is part of the research line Business Relations, Development, and Social Demands of the Master's Program of PPGD at Unimar.

**Keywords:** Social balance; Social role; Social responsibility.

## LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ADCE - Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas  
BB – Banco do Brasil  
CF – Constituição Federal de 1988  
CFC - Conselho Federal de Contabilidade  
DVA - Demonstrativo de Valor Adicionado  
GD - Geração Distribuída  
GEE - Gases de Efeito Estufa  
GRI - *Global Reporting Initiative*  
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
NBR – Normas Brasileiras  
ONGS - Organizações Não-Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PIB – Produto Interno Bruto  
PL – Projeto de Lei  
PRSA - Política de Responsabilidade Socioambiental  
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais  
RFI - *Request for Information*  
RSA – Responsabilidade Socioambiental  
SA – Sociedade Anônima  
SGA – Sistema de Gestão Ambiental  
SGRSC - Sistema de Gestão de Responsabilidade Social Corporativa

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais indicadores.....	70
Tabela 2 – Indicadores ambientais.....	71
Tabela 3 – Indicadores Sociais .....	71
Tabela 4 – Indicadores sociais .....	73
Tabela 5 – Indicadores ambientais e do corpo funcional.....	74
Tabela 6 – Informações relevantes .....	74
Tabela 7 – Informações a respeito da carteira de monitoramento socioambiental de projetos.....	76
Tabela 8 – Carteira de projetos em monitoramento por setor/região .....	77
Tabela 9 – Patrocínios.....	80
Tabela 10 – Consumo de energia e água .....	82
Tabela 11 – Iniciativas para reduzir consumo de energia .....	83
Tabela 12 – Consumo de água (litros/pessoa/dia) .....	84

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Processos inerentes à institucionalização .....	36
Figura 2 – Relações entre empresa e o ambiente.....	56
Figura 3 – Gestão do Itaú.....	79

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Balanço social: conceito e origem .....	24
Quadro 2 – Níveis de institucionalização.....	35
Quadro 3 – Relacionamento da empresa com seus parceiros.....	40
Quadro 4 – Modelo IBASE .....	65
Quadro 5 – Informações que compõem o modelo IBASE .....	65
Quadro 6 – Modelos de balanços sociais.....	67
Quadro 7 – Atuação do BB.....	81
Quadro 8 – Indicadores em comum entre as empresas.....	85
Quadro 9 – Informações sobre o meio ambiente .....	87
Quadro 10 – Ética, transparência e responsabilidade social.....	88
Quadro 11 – Desenvolvimento de projetos futuros .....	89
Quadro 12 – Modelo Balanço Social Sugerido.....	90

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1. ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO BALANÇO SOCIAL</b> .....	15
1.1 HISTÓRICO DO BALANÇO SOCIAL NO BRASIL .....	25
1.2 LEGISLAÇÕES SOBRE O BALANÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL .....	28
1.3 A IMPORTÂNCIA DO BALANÇO SOCIAL .....	30
1.4 INICIATIVAS SOBRE MODELOS DE REALIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL NO BRASIL.....	32
1.5 ESTÁGIOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL.....	34
<b>2. FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E O BALANÇO SOCIAL</b> .....	39
2.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS E A LIVRE INICIATIVA .....	42
2.2 O CUMPRIMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 DE 1988 .....	48
2.3 A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E A PUBLICIDADE NO BALANÇO SOCIAL .....	53
2.4 AS FORMAS DAS EMPRESAS DE PRATICAR E PUBLICAR SUAS AÇÕES NO BALANÇO SOCIAL.....	57
<b>3. ANÁLISES DE INDICADORES, ELEMENTOS, ESTRUTURAS E MODELOS DE BALANÇOS SOCIAIS</b> .....	60
3.1 BALANÇO SOCIAL OBRIGATÓRIO OU FACULTATIVO? .....	61
3.2 MODELOS E CONTEÚDOS DO BALANÇO SOCIAL .....	62
3.3 PROJETOS DE LEI – ESFERA FEDERAL .....	68
3.4 ANÁLISE DE BALANÇOS SOCIAIS .....	68
3.4.1 Natura .....	69
3.4.2 Bradesco.....	72
3.4.3 Itaú Unibanco Holding S.A. ....	78
3.4.4 Banco do Brasil.....	80
3.5 PROPOSTA DE UM BALANÇO SOCIAL.....	85
CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS .....	95

## INTRODUÇÃO

O balanço social constitui-se em um importante demonstrativo, e visa informar à sociedade, em geral, sobre projetos, benefícios e ações sociais voltadas para os funcionários, investidores, acionistas, entre outros. Desta forma, a presente pesquisa discorre sobre a importância da divulgação do balanço social pelas empresas, principalmente sob a ótica do desenvolvimento econômico, objetivando, por meio da análise de indicadores, elementos, estruturas e modelos de balanço sociais, apresentar uma proposta de balanço social.

O problema de pesquisa consiste em investigar de que forma o balanço social pode contribuir para a sociedade, apresentando-se como um instrumento que permite a divulgação da responsabilidade social e função social das empresas. Assim, esta pesquisa apresenta uma proposta de balanço social mais completo a partir do estudo dos modelos mais utilizados.

Neste sentido, o primeiro capítulo deste estudo versa sobre a origem e evolução histórica do balanço social, enfatizando seu surgimento e desenvolvimento no Brasil. Além disso, discorre sobre as legislações existentes sobre balanço social e responsabilidade social, vinculando-as com a importância deste demonstrativo. Por fim, são demonstradas as iniciativas sobre os modelos de balanço social que se utilizam no Brasil, discorrendo, ao final do capítulo, sobre os estágios da institucionalização do balanço social.

Já, o segundo capítulo disserta sobre a função social da empresa, percorrendo os conceitos dos direitos fundamentais e a livre iniciativa, bem como do cumprimento dos direitos fundamentais sob o escopo da Constituição Federal de 1988 de 1988. Finalizando o capítulo, o estudo explana sobre a função social da empresa e a publicidade no balanço social, e as maneiras pelas quais as empresas podem publicar suas ações no balanço social.

O terceiro e último capítulo da presente pesquisa apresenta análises de indicadores, elementos, estruturas e modelos de balanços sociais. Inicialmente, o capítulo discorre sobre a obrigatoriedade ou facultatividade do documento, exemplificando os modelos e conteúdos que se utilizam. Além disso, também apresenta os projetos de lei que estão em vigência, e os que foram apresentados em esfera federal. Por fim, realiza a análise de balanços sociais de empresas

consagradas em termos de responsabilidade social, como por exemplo, Natura, Bradesco, Banco do Brasil e Itaú, utilizando esta análise como base para apresentar uma proposta de balanço social completo em termos de informações relevantes.

## 1. ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO BALANÇO SOCIAL

O balanço social trata de um importante demonstrativo que algumas empresas elaboram e publicam anualmente. Esse demonstrativo traz informações sobre projetos, benefícios e ações sociais voltadas para os funcionários, investidores, acionistas, entre outros. Também é responsável por informar a maneira de interação com a comunidade e meio ambiente. Neste sentido, fica mais fácil para o investidor decidir em qual empresa colocará seus recursos financeiros.

O Balanço Social, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade, é considerado uma ferramenta gerencial, pois reunirá dados qualitativos e quantitativos sobre as políticas administrativas e sobre as relações entidades/ambiente, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle, e auxílio para a tomada de decisões e na adoção de estratégias (KROETZ, 2000, p. 68).

Levando em conta os benefícios e contribuições em geral para a sociedade, o balanço social pode refletir o comprometimento da empresa por meio de seus investimentos voluntários em variadas áreas (PINTO; RIBEIRO, 2004).

Desta forma, de acordo com o entendimento de Lisboa Neto (2003, p. 63), “o balanço social tem como objetivo geral suprir as necessidades de apresentação de informações de caráter social e ecológico”. Assim, é importante observar que, considerando este mesmo sentido:

O balanço social é um instrumento de demonstração das atividades das empresas, com ênfase no social, que tem por finalidade transmitir maior transparência e visibilidade às informações que interessam não apenas aos sócios e acionistas das companhias, mas também a um número maior de atores: empregados, fornecedores, parceiros, consumidores e comunidade (LISBOA NETO, 2003, p. 53).

O Balanço Social surgiu a partir da aceitação, por parte das organizações empresariais, em atender à responsabilidade social. Desta forma, “os próprios relatórios sociais legitimam o debate sobre as ações sociais das empresas em relação à sociedade”, tendo em vista que possuem informações mensuráveis dos impactos sociais promovidos pela atividade empresarial (SIQUEIRA, 2009, p. 10)

O balanço social é um instrumento de gestão e informação que tem o objetivo de reportar, de forma transparente, informações econômicas, financeiras e sociais do desempenho das entidades aos mais diferenciados usuários da informação. É um demonstrativo publicado anualmente pelas empresas que tem a finalidade de reunir informações sobre projetos, benefícios e ações sociais voltadas para os funcionários, os investidores, os analistas de mercado, os acionistas e a comunidade, sendo também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa (TORRES JUNIOR; SILVA, 2008, p. 02).

Neste sentido, De Luca (2005) demonstra que a responsabilidade social se trata de uma importante estratégia competitiva para as organizações de todos os segmentos, considerando que estão atuando em um ambiente complexo, onde a qualidade dos produtos e os preços mais atraentes não se configuram mais como elementos diferenciais, mas como exigências naturais decorrentes dos negócios.

Via de regra, o interesse das empresas continua sendo a maximização de resultados; contudo, as tentativas de conciliar esse objetivo com a manutenção da qualidade ambiental é um progresso, ainda que ocorra em pequena escala (RIBEIRO, 2005, p. 08).

Deste modo, evidencia-se que, segundo Tinoco e Kraemer (2004), o desenvolvimento sustentável representa uma dimensão ética e política que traz o desenvolvimento como um processo que altera os níveis sociais da empresa, democratizando o acesso a recursos naturais, bem como a distribuição equitativa dos custos e benefícios do desenvolvimento, divulgando-os aos parceiros sociais.

Para Costa (2012), o Balanço Social objetiva demonstrar o efeito da relação da empresa com o meio ambiente, enfatizando alguns aspectos, como, por exemplo: recursos humanos, ambientais, as contribuições para a economia, sociedade e para a parte social. Já, de acordo com Torres (2010), a principal função do balanço social da empresa é de tornar pública a responsabilidade social da empresa.

Neste sentido, Silva e Freire (2001) explicam que o balanço social favorece os mais diversos grupos que praticam algum tipo de interação com a empresa. Desta forma, os dirigentes têm acesso à informações úteis no momento de tomada de decisões relativas às atividades sociais desenvolvidas pela empresa. Neste mesmo sentido, se faz necessário destacar alguns dos objetivos do Balanço Social, explicados por Kroetz (2000, p. 79) da seguinte forma:

- Revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- Evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;
- Abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores, associações, governo, acionistas, investidores, universidade e outros;
- Apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
- Formar um banco de dados confiáveis para análise e tomada de decisão dos mais diversos usuários;
- Ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
- Contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade, sendo a própria demonstração do Balanço Social um parâmetro para tal.

Além disso, Kroetz (2000) também elenca como objetivos do balanço social: mensurar os impactos das informações presentes no Balanço Social perante a comunidade dos negócios; melhoria da imagem do negócio; melhoria do sistema de controle interno, qualificando o ambiente organizacional; aclarar objetivos e políticas administrativas, julgando a administração não apenas em função do resultado econômico, mas também dos resultados sociais.

De acordo com Pinto e Ribeiro (2004), independente da sua formatação, o Balanço Social deve objetivar a demonstração do resultado da interação da organização para com o meio em que se insere, dando ênfase aos aspectos de recursos humanos, contribuição para o desenvolvimento econômico e social, ambientais, bem como contribuições para a cidadania em geral. Ou seja, pode-se afirmar que não é necessário utilizar um modelo pronto para que uma empresa possa divulgar as informações importantes em seu balanço.

O Balanço Social trata de uma ferramenta importante para a demonstrar o comprometimento das organizações com a sociedade, além do seu compromisso legal. Segundo Oliveira (2005, p. 03), o Balanço Social “[...], surge como uma das principais ferramentas para sintetizar e disponibilizar as informações sobre como a empresa vem trabalhando as questões socioambientais”.

Moraes (2004) reafirma que o Balanço Social deve demonstrar aos investidores a forma na qual a empresa encara suas responsabilidades, de modo que torna pública sua responsabilidade social empresarial. Trata-se, portanto, de um:

[...] conjunto de informações quantitativas, por meio das quais as empresas poderão acompanhar, de maneira *objectiva*, o desenvolvimento de suas *actividades* no campo dos recursos humanos, bem como medir seu desempenho na implantação de programas (GONÇALVES, 1980, p. 23).

Ainda sobre a responsabilidade social, é preciso reafirmar a amplitude do seu conceito e da temática que engloba seu significado, observando os seguintes aspectos:

O tema responsabilidade social é amplo, assim como é o conceito. Da amplitude do tema, surge a complexidade do conceito. Isto porque tema e conceito compreendem um espectro amplo: da conduta ética, às ações comunitárias e de tratamento dos funcionários e ao dinamismo das relações que a empresa mantém com os diversos públicos (MELO NETO; FROES, 2001, p. 31).

É evidente que num mundo onde o aquecimento global encontra-se em evidência, bem como preocupações com a preservação ambiental devem ser ponto de partida para qualquer atividade desenvolvida. Neste sentido surge a importância da responsabilidade social e ambiental não só do individual mas também do coletivo, iniciando-se com a participação das organizações.

Por sua vez, Batista (2000) demonstra que o balanço social trata de uma ferramenta de gestão, que possibilita informar tanto dados qualitativos, quanto dados quantitativos que versam sobre as políticas administrativas, bem como sobre as relações entidade/ambiente. Ou seja, desta forma, estes dados podem ser comparados e analisados conforme as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle, de auxílio para a tomada de decisões e na adoção de estratégias.

Reusch (2004) destaca que a principal função do balanço social é tornar público como a empresa encara sua responsabilidade social, mostrando com transparência o que a empresa está fazendo na área social. Da mesma maneira, Perottoni (2002) destaca que o balanço social tem como finalidade demonstrar aos seus usuários, de forma transparente e confiável, como foram investidos os recursos gerados pela atividade da empresa. Trata-se, portanto, de um demonstrativo completo, que deve apresentar informações corretas e confiáveis sobre a gestão da empresa.

De acordo com o entendimento de Tinoco (1993, p. 04), vale considerar que “o balanço social é um instrumento de gestão e informação que visa reportar, de forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários”.

De acordo com Torres (2010), o balanço social é um instrumento que favorece todos aqueles que possuem interação para com a empresa. Por exemplo: aos dirigentes são dadas informações necessárias para tomada de decisões com relação aos programas sociais que a empresa desenvolve. Também estimula a participação dos funcionários ao escolher ações e projetos sociais, beneficiando a comunicação interna entre dirigentes e colaboradores.

Além disso, os fornecedores e investidores recebem informações sobre a responsabilidade da empresa em face dos recursos humanos e naturais, indicando, assim, de que forma a empresa é administrada. Por sua vez, aos consumidores informa a postura dos dirigentes, bem como a qualidade do produto ou serviço, demonstrando, ainda, o caminho que a empresa percorre na construção da sua marca. Quanto ao Estado, o balanço social auxilia na identificação e formação de políticas públicas (TORRES, 2010).

Já, Mazzioni, Galante e Kroets (2005, p. 69) demonstram que o balanço social complementa o sistema de informação contábil, permitindo, desta maneira, que os usuários conheçam a atuação social da organização, além consultarem as informações sobre a posição da empresa perante a comunidade e o meio ambiente, bem como o seu relacionamento com os empregados. “Pode-se concebe-lo como um conjunto de informações capaz de proporcionar uma visão sobre o desempenho econômico e financeiro das entidades e sua *actuação* em benefício da sociedade”.

Para Martins, Bernardo e Madeira (2002), desde o começo do século XX há preocupação acerca da responsabilidade social das empresas. Nos Estados Unidos, isto foi vivenciado a partir dos anos 60; e, na Europa, este movimento teve início a partir da década de 70, sendo este o período em que emergiu a necessidade de se divulgar os balanços sociais. O primeiro país a regulamentar o balanço social foi a França, por meio da Lei nº 77.769/1977, que trouxe a obrigatoriedade da elaboração e divulgação do conjunto de informações sociais, ou seja, do balanço social da empresa (CUNHA; RIBEIRO, 2007).

O balanço social francês não apresenta o valor adicionado bruto que foi gerado pela empresa, focando apenas as características de recursos humanos.

Neste sentido, as informações dividem-se em: emprego, remuneração e encargos sociais, formação profissional, relações profissionais, condições de higiene e segurança, outras condições de trabalho e as condições de vida dos assalariados e de suas famílias na parcela em que estas dependem da entidade. Mesmo tendo sido o primeiro país a legislar sobre o balanço social, a França optou pelo balanço social com foco nas informações sociais, e não contábeis (CUNHA; RIBEIRO, 2007).

De Luca (2005) ressalta que as informações apresentadas no balanço social, que possuem natureza social, como por exemplo, níveis de emprego, condições de higiene e segurança no trabalho, proteção do meio ambiente, entre outras, complementam as informações tradicionais que constam nos demonstrativos contábeis.

Já, em Portugal, a elaboração do balanço social surgiu a partir do Decreto-Lei nº 9/92, tornando-o obrigatório para empresas com mais de 100 funcionários. Freire e Rebouças (2001) afirmam que o balanço social português objetivava demonstrar as características sob as quais seus empregados são afetados.

Cunha e Ribeiro (2007) explicaram a estrutura do balanço social português, a partir dos seguintes indicadores: recursos humanos, estrutura de antiguidade segundo o sexo, estrutura etária, trabalhadores estrangeiros, escolaridade, admissões e demissões, mudanças de situação dos efetivos, tipo de contrato, assiduidade no trabalho, encargos com pessoal, acidentes em serviço, ações com formação profissional, benefícios e relações profissionais.

De acordo com Reis e Medeiros (2007, p. 78), as organizações devem publicar o balanço social, de modo que “deve privilegiar a transparência, deixando de ser apenas um demonstrativo numérico para se tornar um demonstrativo de informações amplas”.

Na Bélgica, Freire e Rebouças (2001) destacam o Decreto Real de 4 de agosto de 1996 criou a obrigatoriedade de publicação do balanço social pelas empresas, sendo necessária a divulgação das seguintes informações: estado das pessoas ocupadas, movimento do pessoal durante o exercício, informações sobre manutenção e criação de empregos e formação dos trabalhos durante o exercício.

Por sua vez, Tinoco (2001) explana que a Holanda foi o primeiro país a publicar o balanço social. Cunha e Ribeiro (2007) ressaltam que nesta ferramenta constavam diversas informações sobre os aspectos econômicos da empresa, além de características de trabalho e de emprego (CUNHA; RIBEIRO, 2007).

Na Alemanha, o balanço social informa os gastos para controle da poluição ambiental, dando ênfase para aspectos ecológicos. De acordo com Cunha e Ribeiro (2007), as informações trazidas por este documento são: despesas sociais voluntárias, custos dos salários e encargos sociais, formação profissional, número de acidentes, desempenho para controle da poluição ambiental e gastos para manter informados os trabalhadores internos.

Segundo Reis e Medeiros (2007), Balanço Social nos EUA e na Europa tinha como principal enfoque evidenciar a contribuição para a preservação e defesa de recursos naturais, enfatizando a real influência que as organizações possuem no meio externo. Em contrapartida, no Brasil, o Balanço Social é apresentado de forma interna, com foco nos salários, condições físicas e ambientais de trabalho, o bem-estar social e a seguridade social; e estando as questões ambientais em segundo plano.

Por sua vez, para Cunha e Ribeiro (2007), o balanço social nos Estados Unidos direcionava-se para projetos sociais e ambientais, priorizando o atendimento da demanda de informações externas, não existindo lei ou decreto que obrigue a sua publicação.

Além disso, de acordo com Gonzalez (2000), alguns historiadores acreditam que na década de 20, na Alemanha, iniciaram-se publicações que poderiam ser consideradas balanços sociais, pois, foi a partir disso que a força de trabalho dos operários pressionou o poder político, de modo que se voltaram as atenções para a responsabilidade social por parte do Estado, que passou demandar algum controle sob as empresas.

Já, Reis e Medeiros (2007) pontuam que em 1919, podia se observar a questão do Balanço Social sendo durante o julgamento do processo judiciário que envolvia Dodge *versus* Ford. Neste caso específico Henry Ford, empresário, não iria distribuir parte dos dividendos para investir os lucros na própria empresa visando a própria expansão, bem como aumento de salários e, ainda, deixando uma reserva para a redução de preços dos automóveis. Para os autores (2007), Ford perdeu o processo para os irmãos Dodge, sendo de entendimento da Suprema Corte que as organizações devem atuar em benefício dos acionistas. Foi a partir desta decisão que o tema virou alvo de discussão e críticas, ganhando destaque para o público em geral.

Além disso, Tenório (2006) explana que até o ano de 1950, as empresas visavam aumento de seus lucros, não existindo, até então, estímulo do governo sobre a responsabilidade social das empresas. Além disso, a industrialização causou uma qualidade de vida deteriorada, trazendo à tona os problemas ambientais.

Já, Santos (2014), discorre que nos anos 80 apareceram os primeiros Balanços Sociais, embora viesse sendo discutida desde 70, sendo consolidados em 1990. Além disso, Santos *et al.* (2007) retratam que é difícil uma identificação correta acerca do momento exato em que o Balanço Social surgiu, tendo sido elaborado em países como Estados Unidos da América, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Portugal e França. Além disso, os autores destacam que estudos apontam que o balanço social pode ter surgido na França por volta de 1977, por meio da promulgação de uma lei que exigia a publicação de um demonstrativo parecido com esta versão atual. Por sua vez, no século 17 também surgiam discussões sobre a responsabilidade social, conforme:

As discussões sobre as responsabilidades dos executivos sobre seus atos em relação à sociedade já datam do século XVII, onde o poder das empresas era controlado pelo poder público e pela população e esta tinha compromissos com projetos de âmbito social, embora esse panorama tenha mudado quando as empresas conseguiram mudar a legislação em seu benefício (REIS; MEDEIROS, 2007, p. 07).

Naquela época, o poder público detinha o controle sob as empresas privadas, obrigando alguns compromissos sociais. A princípio, o balanço social restringia-se apenas a informações sobre recursos humanos, contendo informações funcionais, de folha de pagamento e contribuições sociais. No entanto, este modelo estava voltado apenas para os usuários internos, sendo também utilizado para prestar informações para o Governo. É evidente que, com o passar dos anos, os modelos precisavam ser aprimorados, e complementados com novas informações que eram necessárias.

O desenvolvimento de modelos melhor elaborados e a divulgação do Balanço Social começaram a ser efetuados no início dos anos 70, na América do Norte e na Europa, desenvolvendo-se principalmente nos EUA, na França, na Bélgica, em Portugal e na Inglaterra (REIS; MEDEIROS, 2007, p. 38).

Entretanto, a partir do surgimento de novas demandas econômicas, ambientais e sociais, o balanço social passou a ter um sentido mais amplo, tendo em vista que passou a englobar o Balanço das Pessoas, a Demonstração do Valor Adicionado, o Balanço Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa.

Com base no Balanço Social o poder público poderá preparar um vasto banco de dados, confiável, possibilitando a geração de informações preciosas por segmentos sociais, por atividades por região etc., permitindo o desenvolvimento de planos estratégicos (plano plurianual, orçamentos etc.) consubstanciados na realidade (KROETZ, 2001, p. 86).

Segundo Tinoco (2001), a inserção destas outras questões econômicas, ambientais e de cidadania ampliaram ainda mais o contexto do balanço social, trazendo, então, um sentido amplo para ele.

Deste modo, o demonstrativo envolve desenvolvimento de quatro vertentes: o balanço social em sentido restrito (balanço das pessoas); demonstração do valor adicionado; o balanço social ecológico e a responsabilidade social da empresa.

Além disso, válido observar o conteúdo do Quadro 01, que apresenta uma síntese de todos os conceitos, relacionando a origem e o conteúdo abordados neste tópico, conforme a seguir:

**Quadro 1 – Balanço social: conceito e origem**

<b>Autor</b>	<b>Origem</b>	<b>Conteúdo</b>
Santos <i>et al.</i> (2007)	Estados Unidos da América, Alemanha, Inglaterra, Espanha, Portugal e França	É difícil identificar corretamente o momento exato em que o Balanço Social surgiu, tendo aparecido em todos esses países.
Gonzalez (2000)	Alemanha	Na década de 20 iniciaram-se publicações que poderiam ser consideradas balanços sociais
Martins, Bernardo e Madeira (2002)	Estados Unidos	Preocupação acerca da responsabilidade social das empresas nos anos 60.
Martins, Bernardo e Madeira (2002)	Europa	Necessidade de divulgação do balanço social nos anos 70.
Cunha e Ribeiro (2007)	França	O primeiro país a regulamentar o balanço social foi a França, por meio da Lei nº 77.769/1977.
Reis e Medeiros (2007)	Estados Unidos e Europa	Evidenciar a contribuição para a preservação e defesa de recursos naturais, enfatizando a real influência que as organizações possuem no meio externo
Freire e Rebouças (2001)	Portugal	A elaboração do balanço social surgiu a partir do Decreto-Lei nº 9/92, tornando-o obrigatório para empresas com mais de 100 funcionários, para demonstrar as características sob as quais seus empregados são afetados.
Freire e Rebouças (2001)	Bélgica	Decreto Real de 4 de agosto de 1996 criou a obrigatoriedade de publicação do balanço social pelas empresas, sendo necessária a divulgação das seguintes informações: estado das pessoas ocupadas, movimento do

		<p>peçoal durante o exercíco, informações sobre manutenção e criação de empregos e formação dos trabalhos durante o exercíco.</p>
Reis e Medeiros (2007)	Brasil	<p>O Balanço Social é apresentado de forma interna, com foco nos salários, condições físicas e ambientais de trabalho, o bem-estar social e a seguridade social; e estando as questões ambientais em segundo plano.</p>

Elaboração própria.

Observa-se que os autores estudados apresentam opinião semelhante no que tange ao surgimento do balanço social em alguns países, conforme demonstrou o quadro acima. No entanto, a pesquisa limita-se ao estudo do contexto histórico do surgimento do balanço social no Brasil, de acordo com o próximo tópicó.

### 1.1 HISTÓRICO DO BALANÇO SOCIAL NO BRASIL

No Brasil, a essência do balanço social teve suas discussões iniciadas nos anos 70 do século XX. Segundo Tinoco (2001), observaram-se os primeiros incentivos para a publicação de balanços sociais ocorrerem por volta de 1977, ocasião na qual a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) organizou o 2º Encontro Nacional dos Dirigentes de Empresas, cujo tema foi o Balanço Social.

De acordo com Reis e Medeiros (2007, p. 58), o primeiro balanço social que surgiu no Brasil foi da empresa Nitrofértil, conforme explanam a seguir:

O primeiro documento brasileiro que carrega a denominação de Balanço Social foi o Balanço Social da Nitrofértil, empresa estatal situada na Bahia, o qual foi realizado e publicado voluntariamente em 1984, sendo um relatório de cunho social que dava publicidade às ações sociais realizadas e ao processo participativo desenvolvido na empresa durante esse período.

Além disso, no mesmo período, segundo o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, a Telebras também estava desenvolvendo seu balanço social, tendo sido publicado na década de 80. Por sua vez, o Banco Banespa publicou o seu balanço social no ano de 1992, sendo consideradas as empresas precursoras na publicação deste demonstrativo no Brasil.

Por sua vez, a importância do balanço social para os funcionários é que possibilita demonstrar que a empresa valoriza seu trabalho, de modo a se criar melhores condições, visando estimular sua participação nas ações sociais desenvolvidas por ela. Desta forma, se cria um maior nível de comunicação interna, integrando as relações entre dirigentes e empregados. No que tange aos fornecedores e investidores, traz informações sobre a forma na qual a organização age sobre os recursos humanos e a natureza (SILVA; FREIRE, 2001).

Gomes e Rocha (2008) afirmam a inexistência da obrigatoriedade de que se publique qualquer modelo de Balanço Social no Brasil num período anterior à 2007, informando, ainda, que os modelos mais conhecidos são propostos pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Ethos), e o desenvolvido por uma organização internacional chamada *Global Reporting Initiative* (GRI).

A inexistência de padronização quanto ao formato do Balanço Social no Brasil, torna comum o prejuízo nas tentativas de comparabilidade das informações, entretanto, há modelos nacionais e internacionais que auxiliam a identificação e coleta de dados, cuja adesão é voluntária, assim como sua publicação (ONO; PANUCCI FILHO, 2013, p. 32).

No Brasil, emergiram os primeiros Balanços Sociais de empresas na década de 80, de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2012). Entretanto, esta iniciativa só ganhou espaço por volta de 1997, quando o IBASE divulgou um modelo único e simplificado de balanço.

O processo evolutivo do balanço social, de acordo com Torres (2010), prosseguiu a partir dos anos 80, por meio do fortalecimento dos sindicatos, o surgimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), e a partir da participação da sociedade com a realização de greves.

Desta forma, iniciou-se uma discussão com relação à atuação social das organizações, com o objetivo de se construir um conceito de ética empresarial, o

que resultou em empresas que começaram a investir em áreas sociais, o que, de começo, eram desenvolvidas somente pelo Estado. No entanto, a partir do momento que ficou possível observar novas ações aumentando e tornando-se significativas, emergiu a necessidade que a sociedade tivesse conhecimento disso. Assim, foram utilizados alguns relatórios chamados “Relatórios de Atividades Sociais”, que, posteriormente, diante da sua evolução quanto ao conteúdo, passaram a se denominar “Balanço Social” (TORRES, 2010).

Todavia, é válido ressaltar que foi nos anos 80 que surgiram os primeiros Balanços Sociais nas empresas. No entanto, foi apenas na década de 90 que esta ferramenta se popularizou, surgindo um contexto no qual as mais variadas organizações publicaram anualmente o balanço social (ESTEVES, 2012).

Dentre os principais fatores que contribuíram para a aderência do Balanço Social no Brasil, encontram-se os seguintes: a) agências internacionais pressionando condutas voltadas para a preservação ambiental, ou seja, diminuindo o impacto causado pelas atividades depredadoras das organizações privadas e públicas; b) a concorrência internacional com organizações nas quais se divulgam há décadas suas práticas sociais e ambientais; c) a Constituição Federal de 1988 de 1988 também auxiliou para a consolidação do relatório Balanço Social; d) a vinda de empresas multinacionais para o Brasil, reforçando a consolidação do Balanço Social (TORRES, 2010).

Tinoco (2001) explica que no ano de 2001, o número de empresas brasileiras que publicavam o Balanço Social ainda era reduzido, pois apenas aproximadamente 70 empresas o publicavam. Isso ocorria, pois, o balanço social não era obrigatório.

Há que se observar que a escolha em se publicar o Balanço Social anualmente parte do princípio de que as empresas queiram divulgar informações importantes sobre sua atuação, visando passar uma boa imagem para o público em geral.

Partindo deste princípio, mesmo diante da não obrigatoriedade em se divulgar esta ferramenta para as empresas mais antigas, evidencia-se que as empresas estão criando consciência acerca da importância deste documento, que reflete nos mais variados ganhos para a gestão organizacional.

Importante discutir a necessidade de que algumas contas sejam presentes em todos os balanços sociais, isto será feito no capítulo 3.

## 1.2 LEGISLAÇÕES SOBRE O BALANÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL

O Decreto Lei nº 76.900/1975, trouxe à tona a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que pode ser considerada como o primeiro relatório brasileiro de cunho obrigatório. Neste relatório deve conter aspectos de recursos humanos e sociais, e se destina ao Ministério do Trabalho. O objetivo da RAIS é de fornecer às entidades governamentais da área social informações referentes à empresa e a cada um de seus empregados com os quais manteve relação de emprego durante qualquer período do ano-base.

Além disso, como já citado anteriormente, não existem legislações que obriguem a divulgação do Balanço Social pelas empresas brasileiras. No entanto, no ano de 1991, o Senador Valmir Campello apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 54/1991, cuja proposta sugeria a publicação compulsória do Balanço Social pelas empresas. Contudo, o Projeto não foi pautado até hoje, tendo sido arquivado no ano seguinte.

Tal Projeto instituía a obrigatoriedade da elaboração desta demonstração do valor adicionado, e dava outras providências. Segundo Silva e Freire (2001), de acordo com este Projeto de Lei, as empresas Sociedade Anônimas (S. A.) deveriam publicar suas demonstrações, juntamente com as demais demonstrações financeiras, e os demais tipos de sociedades que possuíssem mais de 500 colaboradores deveriam publicar apenas o demonstrativo.

No Senado Federal, o Projeto de Lei (PL) nº 117/1996 tinha por objetivo tornar obrigatória a publicação do Balanço Social para as organizações que já são obrigadas a publicar o balanço patrimonial, no entanto, este projeto ainda permanece em discussão.

Perottoni (2002) explana que a partir de 1996 a questão da Responsabilidade Social da empresa passou a ser discutida nos mais variados âmbitos da sociedade, em decorrência do engajamento observado por parte da Gazeta Mercantil, IBASE e Folha de São Paulo.

Posteriormente, no ano de 1997, as deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling apresentaram o Projeto de Lei nº 3116/97, que também se encontra arquivado. Este PL cria o Balanço Social para as empresas que menciona e dá outras providências, e teve por modelo, segundo Silva e Freire

(2001) o modelo francês, que obriga empresas privadas que possuam mais de cem funcionários, empresas públicas, sociedades de economia mista, permissionárias e concessionárias de serviços públicos, em todos os níveis da administração pública, qualquer que seja o número de empregados a elaborar e publicar até o dia 30 de abril de cada ano o Balanço Social. Neste informativo deverão constar diversas informações, como por exemplo: informações sobre os empregados, encargos sociais, tributos, alimentação do trabalhador, educação, saúde dos empregados, segurança do trabalho, seguros, empréstimos, lazer, transporte e demais benefícios oferecidos, previdência privada, investimentos sociais e no meio ambiente. Além disso, os autores explicam que os valores que aparecerem no Balanço Social devem ser apresentados em percentual na folha de pagamento e ao lucro operacional.

Após o arquivamento do Projeto de Lei nº 3.116/97, houve a sua substituição pelo Projeto de Lei nº 32/99, que basicamente reapresentou o projeto anterior. Esse projeto segue seu trâmite legal, e se aprovado em todas as comissões do Congresso, poderá ser transformado em lei.

De acordo com Reis e Medeiros (2007), o IBASE lançou em 1998 o Selo Balanço Social IBASE/Betinho, com o intuito de estimular a participação de ainda mais organizações na divulgação de seu Balanço Social. Anualmente, este selo é conferido às organizações que publicam o Balanço Social utilizando o modelo definido pelo Instituto. Por meio do recebimento deste selo, as empresas certificadas demonstram para toda a sociedade o seu comprometimento com a qualidade de vida dos funcionários, da comunidade e do meio ambiente.

Foi a partir de 2007 que a elaboração e divulgação do Balanço Social passaram a ser obrigatório no Brasil. Tal medida é válida somente para as companhias abertas após a publicação da Lei nº 11.638/07.

A partir da aprovação desta Lei, tornou-se compulsória a elaboração e divulgação do Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA) para as companhias abertas, e o Balanço Social passou a ter este mesmo caráter, haja vista que o Demonstrativo de Valor Adicionado integra o Balanço Social (IUDICIBUS, 2009).

Neste sentido, a Lei Federal nº 11.638/07, trouxe à tona a obrigação no que diz respeito ao DVA para as companhias abertas no fim do exercício social, tendo por base a escrituração mercantil e sua divulgação.

Este documento, segundo o artigo 188 da referida lei, deve indicar informações como: o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição

entre elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, acionistas, e outros, bem como a parcela desse patrimônio não distribuída.

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo: I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos: a) das operações; b) dos financiamentos; e c) dos investimentos; II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída (BRASIL, 2007).

Este demonstrativo, no entanto, pode ser considerado instrumento que visa a amplificação do grau de confiança da sociedade na atividade da empresa. Além disso, também possibilita demonstrar a essência de uma organização que não se preocupa apenas com seu resultado lucrativo, mas também tem seu olhar voltado para a responsabilidade social, por meio de uma atuação responsável e consciente em âmbito socioambiental. Além disso, se faz necessário aprofundar o estudo sobre a importância do balanço social como uma ferramenta que permite a demonstração da atuação social das empresas.

### 1.3 A IMPORTÂNCIA DO BALANÇO SOCIAL

Por todos os motivos já divulgados pelo presente estudo, afirma-se a importância do Balanço Social e sua divulgação anual. Neste contexto, Custódio e Moya (2007, p. 09) ressaltam ser um documento essencial tendo em vista que: a) amplia a relação da empresa para com a sociedade, pois auxilia a divulgação da incorporação de posturas éticas e transparentes; b) auxilia no diagnóstico de desafios em médio e longo prazo; c) ajuda num contexto comparativo do desempenho com o de outras organizações, d) avalia a eficiência de seus investimentos e; e) relaciona seus objetivos ambientais, econômicos e sociais.

O Balanço Social trata de uma ferramenta que traz à tona informações gerais sobre a empresa e as agrupa, possibilitando consultar, em um só arquivo, indicadores de seu desempenho ambiental, econômico e social. Reis e Medeiros

(2007) reafirmam que se trata de um informativo muito abrangente, pois pode se direcionar para diversos públicos com os quais a empresa interage.

Os mesmos autores (2007) também pontuam que o Balanço Social possibilita mensurar a importância da responsabilidade social na estratégia corporativa, considerando que reúne, em um único documento, a avaliação da empresa sobre seu desempenho, bem como, as expectativas de seus públicos de interesse.

Essas ações sociais das empresas ganharam dimensões amplas, passando a ser vistas como forma de estratégia com foco nos clientes, na economia e nos mercados. Ao desenvolverem suas ações sociais, inicialmente sob a forma assistencialista e filantrópica, as empresas começaram a identificar ganhos expressivos de imagem. Aos poucos, foram evoluindo para um novo patamar de ações sociais. Abandonaram as práticas filantrópicas tradicionais e começaram a adotar modelos de empreendedorismo social e filantropia de alto desempenho (MELO NETO; FROES, 2001, p. 09).

Deste modo, para Melo Neto e Froes (2001), uma empresa que se comporta de forma socialmente responsável tem ganhos internos e externos, haja vista que, em âmbito interno, possibilita melhorias no ambiente de trabalho, bem como na qualidade de vida no trabalho. Já, em âmbito externo, visualizam-se retornos para a organização, podendo ser de cunho social, tributário, econômico, dentre outros.

Para Carpes (2005), as empresas foram aderindo à responsabilidade social visando a obtenção de melhores parcerias, de modo que se possibilite maiores lucros, além do aperfeiçoamento do marketing da empresa e melhoria da imagem organizacional, tendo em vista que são fatores que fazem com que as organizações atentem para o aspecto sócio ambiental. No entanto, necessário considerar que a ética e a transparência é primordial para que a empresa seja considerada ou não responsável socialmente, pois de nada adianta a empresa agir de forma social, se por outro lado, sonega impostos ou remunera mal seus colaboradores, por exemplo.

Por sua vez, De Luca (2005) discorre que quando o Balanço Social é apresentado juntamente com as demonstrações contábeis da empresa, pode ser considerado como um importante aliado para a empresa, tendo em vista permite a demonstração e avaliação do comprometimento da empresa com aspectos sociais.

É evidente que o governo não consegue trabalhar sozinho pela resolução dos muitos problemas sociais vividos em sociedade atualmente, como por exemplo, desemprego, educação, saúde, violência, entre outros. No entanto, para suprir essa

necessidade, se faz necessário que haja sinergia entre governo, empresas e sociedade civil.

De Luca (2005) pontua que as empresas que possuem uma estratégia conectada com a gestão de Responsabilidade Social, assumem uma importante função que atinge relevante interesse social, pois trata de questões essenciais, como por exemplo: meio ambiente, saúde, bem-estar da sociedade e outros.

Fato é que, com o passar dos anos, a sociedade passa por transformações em diversos âmbitos. O mundo globalizado exige das empresas cada vez mais atenção no que tange aos problemas que decorrem de seu desempenho. Além disso, a população, em geral, possui cada vez mais acesso às informações e, diante desta consciência, evidencia-se o crescimento da preocupação com o humano, o social e ambiental em suas relações financeiras.

Neste âmbito, observa-se o estudo sobre algumas iniciativas de modelos de balanço social no Brasil, abordando três modelos mais utilizados amplamente pelas empresas brasileiras.

#### 1.4 INICIATIVAS SOBRE MODELOS DE REALIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL NO BRASIL

O Balanço Social trata de uma ferramenta que se direciona à toda sociedade, mas, além disso, também pode ser considerado uma ferramenta que auxilia, e muito, na administração e gestão organizacional, tendo em vista que permite a percepção qualitativa e quantitativa das suas políticas, bem demonstra sua relação com o meio ambiente e com a sociedade, podendo, ainda, promover melhorias no processo de criação de estratégias organizacionais (KROETZ, 2000).

Conforme explica Barbieri (2007, p. 262), a divulgação destes relatórios pode ser realizada utilizando modelos próprios, ou, ainda, modelos padronizados. "Uma tendência atual das iniciativas voluntárias em termos de comunicação externa é a de propor relatórios que incluam questões ambientais, sociais, econômicas e outras relacionadas, como o balanço social do IBASE e o modelo do *Global Reporting Initiative - GRI*".

Assim, pode-se observar que o balanço social é um instrumento que possibilita a divulgação das ações de responsabilidade social da empresa,

considerando, ainda, que atualmente a imagem da organização perante a sociedade é tão importante quanto aos produtos que a mesma comercializa. (KROETZ, 2000).

De acordo com Barbieri (2007), quando uma empresa utiliza relatórios ambientais, e divulga aspectos ambientais da atuação da organização, possibilita demonstrar o impacto ambiental de suas atividades, bem como qual a postura adotada com relação a isso. Por sua vez, no caso das empresas públicas, trata-se de dever legal da organização expor alguns fatores em outros relatórios.

Todavia, importante ressaltar que a divulgação dos balanços sociais deve ter o cuidado de que seja mantida a privacidade dos colaboradores, além do sigilo das informações que são relevantes apenas à empresa. Isso significa dizer que se deve declarar apenas o necessário, excluindo, assim, quaisquer opiniões subjetivas (KROETZ, 2000).

Existem diversas metodologias para a elaboração do Balanço Social, sendo que, no Brasil, geralmente são utilizados os modelos do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (denominado modelo IBASE); o modelo internacional denominado GRI (*Global Reporting Initiative*) e o modelo do Instituto Ethos (SILVA, KRAUTER, 2013, p. 05).

Neste mesmo sentido, Bassetto (2010, p. 643) trata sobre os modelos de balanço social, apresentando três principais modelos, sendo dois deles brasileiros, o Ethos e o IBASE, e um modelo internacional, o *Global Reporting Initiative* - GRI. Além disso, é importante ressaltar que se faz necessário que "[...] o Balanço Social contemple os seguintes conteúdos: indicadores de desempenho econômico, indicadores de desempenho social e indicadores de desempenho ambiental".

Assim, pode-se verificar que os modelos de Balanço Social mais conhecidos são propostos pelo IBASE, pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e também um outro modelo desenvolvido por uma organização internacional chamada *Global Reporting Initiative* (GRI).

Importante destacar a evolução da institucionalização do balanço social no Brasil, abordando os seus estágios, tendo em vista que ocorre de maneira gradativa com o decorrer dos tempos, conforme se explana no próximo tópico.

## 1.5 ESTÁGIOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

No Brasil, a responsabilidade social<sup>1</sup> das empresas está ganhando cada vez mais espaço nos últimos anos, principalmente a partir da criação das ONGs (Organizações Não Governamentais), dos institutos de pesquisa e demais empresas que voltem seus olhos para esta importante questão. Neste sentido, Aligleri e Souza (2010) explanam que a institucionalização é uma das formas pela qual se possibilita a realização de importantes mudanças que sejam necessárias para melhorar a gestão e a imagem interna e externa uma organização.

Complementando essa ideia, Tolbert e Zucker (1999) destacam que o processo da institucionalização geralmente é considerada como um estado qualitativo, ou seja, ou as estruturas são institucionalizadas ou não são. E isto acarreta no descuido de questões sobre os fatores que determinam as variações nos níveis de institucionalização e como elas afetam o grau de similaridade entre organizações.

Já, de acordo com Fonseca (2003), a institucionalização é uma ferramenta transformadora de crenças e ações em regras de conduta social, de forma gradual. Para Lourenço e Schroder (2003), o fato de o Brasil ser um país que apresenta elevados índices de desigualdade social confere ainda mais importância à responsabilidade social.

Afirma-se que a institucionalização trata de um processo que ocorre nas organizações com o passar do tempo, refletindo sua história, bem como das pessoas que nela trabalham, como também os grupos de interesse que a criaram e a forma pela qual como se adaptaram ao seu ambiente (FACHIN, 2003).

Neste sentido, Quintello (2007) destaca que quando ocorre a institucionalização de uma atividade na empresa, existe um controle social que é realizado pelos atores envolvidos, e só haverá questionamentos se o processo não for bem sucedido.

Neste âmbito, Tolbert e Zucker (1999) elencam três diferentes processos de institucionalização: habitualização, objetificação e sedimentação, conforme resume o quadro a seguir:

---

<sup>1</sup> A responsabilidade social, segundo o Instituto Ethos (2005), possui um conceito muito amplo, referindo-se à ética como princípio balizador com os quais a empresa interage.

**Quadro 2 – Níveis de institucionalização**

<b>Habitualização (pré-institucionalização)</b>	Envolve a geração de novos arranjos estruturais em respostas a problemas ou conjunto de problemas organizacionais específicos, como também a formalização de tais arranjos em políticas e procedimentos de uma dada organização, ou um conjunto de organizações que encontram problemas iguais ou semelhantes.
<b>Objetivação (semi-institucionalização)</b>	Envolve o desenvolvimento de certo grau de consenso social entre os decisores da organização a respeito do valor da estrutura, e a crescente adoção pelas organizações com base nesse consenso.
<b>Sedimentação (total- institucionalização)</b>	Envolve um processo que se sedimenta na continuidade histórica da estrutura e, especialmente, em sua sobrevivência pelas várias gerações de membros da organização.

Fonte: Adaptado de Tolbert e Zucker, 1999.

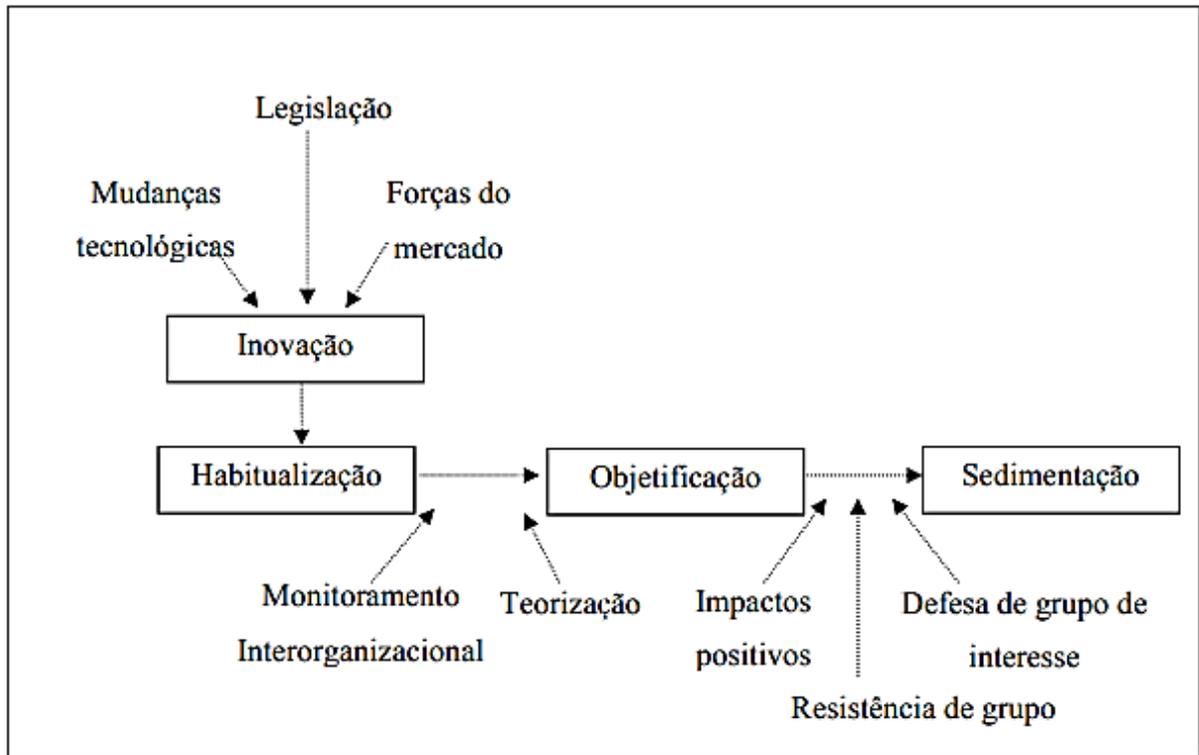
Para os autores, a habitualização pode ser considerado o processo pelo qual se visualiza o surgimento de novas estruturas em resposta a problemas, de modo que se criam políticas e procedimentos que visam a normalização dos processos. É nesta fase que se criam novas estruturas que são adotadas por organizações possivelmente interconectadas, com um cenário similar.

Por sua vez, no processo de objetificação evidencia-se a disseminação destes arranjos, procedimentos e modelos de estrutura e certo grau de consenso social em torno deles, ou seja, esta etapa relaciona-se com o monitoramento dos concorrentes pela organização, e quais os esforços estão sendo empregados para aumentar a competitividade. Por isso, verifica-se que “O ímpeto da difusão deixa de ser simples imitação para adquirir uma base mais normativa, refletindo a teorização implícita ou explícita das estruturas.” (TOLBERT; ZUCKER, 1999, p. 14).

Por fim, o processo de sedimentação é aquele no qual o arranjo estrutural se propaga completamente por todas as organizações, bem como para potenciais empresas que queira adota-lo. Neste momento as estruturas se perpetuam por um vasto período (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

Desta forma, a figura abaixo representa os processos de inovação, habitualização, objetificação e sedimentação, que são inerentes à institucionalização, conforme demonstram Tolbert e Zucker (1999):

**Figura 1 – Processos inerentes à institucionalização**



Fonte: TOLBERT; ZUCKER, 1999, p. 12

Pode-se afirmar, no entanto, que a institucionalização é um fenômeno que não possui planejamento deliberado, todavia envolve processos pelos quais os valores sociais passam a ter status de regra na ação social das organizações.

Quintello (2007) afirma que, em decorrência da institucionalização, a legitimação possui um papel fundamental na produção de significados que servirão para tornar a “objetivação acessível” e “subjetivamente plausível” às objetivações institucionalizadas, proporcionando assim a integração desses significados.

A legitimação pode ocorrer em quatro diferentes níveis: 1) incipiente: ocorre logo nos primeiros momentos de transmissão da experiência social; 2) com proposições teóricas: são encontrados nas estruturas explicativas e mapas cognitivos que relacionam conjuntos de significações objetivas; 3) com teorias explicativas: ocorre em ambientes altamente especializados, sendo necessário um corpo diferenciado de conhecimentos; 4) universo simbólico: onde os elementos de

significação assumem sentido “simbólico” entre os agentes, e a instituição está num alto nível de legitimação, isto é, está plenamente realizada (QUINTELLO, 2007).

A institucionalização ocorre gradativamente, e, segundo Selznick (1971, p. 14), “[...] é algo que acontece a uma organização com o passar do tempo, refletindo sua história particular, o pessoal que nela trabalha, os grupos que engloba com os diversos interesses que criaram, a maneira como se adaptou ao seu ambiente”

De acordo com Fonseca (2002), a institucionalização pode ser considerada como o processo de transformação de crenças e ações em regras de conduta social. Isto, com o passar dos anos, recebe a influência de mecanismos de aceitação e reprodução, e se tornam padrões, de modo que passam a ser encaradas como rotinas naturais.

Neste âmbito, Robbins (2005, p. 374) destaca que “[...] a institucionalização opera para produzir uma compreensão comum entre os membros da organização acerca do que é o comportamento apropriado, e, fundamentalmente, significativo”.

Assim, quando uma empresa passa pelo processo de institucionalização, verifica-se que assume vida própria independente de seus fundadores ou de qualquer um dos seus membros, passando também a apresentar um valor por si mesmo, independentemente dos bens e serviços que produz, podendo afirmar que adquire imortalidade (ROBBINS, 2005).

Por sua vez, Ventura (2003) destaca que, em meio à crítica pela forma na qual as empresas se comportam no que tange à Responsabilidade Social Empresarial, o movimento de institucionalização surge como um importante resultado.

Assim, a institucionalização do movimento também proporcionam a criação de institutos que lidam com o assunto, como por exemplo, a instituição de certificações na área social (como a SA8000 e AA1000<sup>2</sup>), balanços, selos, concursos; ou seja, todo um conjunto de regras e convenções, dispositivos para categorizar e classificar as empresas em relação a seu comportamento socialmente responsável, onde se exigem e valorizam características que, em última instância, os próprios capitalistas elegem (VENTURA, 2003).

---

<sup>2</sup> A Norma SA 8000 inspira-se na Norma de Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9000, foi baseada nos princípios de normas internacionais de direitos humanos, tendo sido formulada a partir das melhores práticas em Responsabilidade Social, ética, auditoria, etc. Já, a Norma AA1000 fornece princípios que possibilitam às organizações comprometidas com a sustentabilidade enquadrar e estruturar a forma como compreendem, gerem, implementam, avaliam e comunicam a sua prestação de contas

Neste sentido, a institucionalização do balanço social significa alterar a prática da cidadania empresarial vigente, bem como, o exercício da responsabilidade social, como consequência.

Ou seja, pode-se afirmar que mesmo diante da não existência da lei que obrigue a divulgação do balanço social, evidencia-se que as organizações brasileiras, devem se utilizar de ações de investimento no social como parte da ética empresarial, missão e estratégia de agregação de valor.

De acordo com Ashley (2002), a responsabilidade social é o compromisso que uma organização assume para com a sociedade, e isso pode ocorrer expressamente por meio de atos e atitudes que reflitam positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, de forma que a organização atue proativa e coerentemente no que tange o seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.

Por isto, se faz necessário pesquisar sobre a função social da empresa, demonstrando sua importância perante toda a sociedade, bem como sua relação para com o balanço social.

## 2. FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E O BALANÇO SOCIAL

A função social da empresa consiste no exercício da atividade empresarial sob os termos dos preceitos contidos na ordem constitucional econômica. Deste modo, Ferreira (2005) aclara que a função social da empresa relaciona-se com diversos fatores, como por exemplo, com a geração de riqueza, manutenção dos postos de trabalho, recolhimento de impostos, desenvolvimento dos meios de produção, dentre outros. O importante é que não se perca o objetivo lucrativo, que poderá ser reinvestido como forma de implementar o exercício da atividade empresarial.

Juridicamente, podemos entender a função social como um conjunto de incumbências, direito e deveres, que gravam a atividade a que estão atrelados, como por exemplo o exercício da propriedade, de cargo público, o contrato, a empresa, entre outros, e impõem um poder-dever ao exercente da referida atividade, o proprietário ou o possuidor, o servidor público, os contratantes e o empresário (FERREIRA, 2005, p. 05).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, Silva (2005) reflete que a liberdade de iniciativa não significa mais do que a liberdade de desenvolvimento da empresa no quadro que o Poder Público estabelece. Desta forma, submete-se às limitações impostas pelo Estado, por meio da força legal. É considerada, portanto, legítima quando exercida no interesse da justiça social. Todavia, será considerada como ilegítima quando for exercida no intuito de puro lucro e realização pessoal do empresário (SILVA, 2005).

A essência de Responsabilidade Social Empresarial representa uma obrigação legal, comprometimento ético, ou ainda filantropia. Representa, portanto, uma conduta ética por parte da empresa para com todos os seus públicos. Segundo Vergara e Branco (2001), o contexto do novo século apresenta um cenário no qual as organizações acabam sendo julgadas de acordo com os compromissos éticos que efetuam, além de também ser uma preocupação de todos o foco nas pessoas e nas relações que visam a preservação do ambiente natural.

A responsabilidade social pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como parte interessada da organização, com necessidades que precisam ser atendidas. Significa, ainda, a responsabilidade pública, ou seja, o cumprimento e a superação das

obrigações legais decorrentes das próprias atividades e produtos da organização. É também o exercício de sua consciência moral e cívica, advinda da ampla compreensão de seu papel no desenvolvimento da sociedade (TINOCO, 2001, p. 116).

A organização empresarial passa a ter obrigações de caráter moral, além das regras que são estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que contribuem diretamente para o desenvolvimento sustentável dos povos. Assim, pode-se afirmar que a responsabilidade social é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade (ASHLEY, 2002).

Neste sentido, importante destacar alguns aspectos do relacionamento da empresa com seus parceiros, relacionando-os, posteriormente, com a função social da organização e a divulgação de seu balanço social.

**Quadro 3 – Relacionamento da empresa com seus parceiros**

<b>PARCEIROS</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>DEMANDAS BÁSICAS</b>
Acionistas	- capital	- lucros e dividendos; - prevenção do patrimônio.
Empregados	- mão de obra; - criatividade; - ideias.	- salários justos; - segurança do emprego; - realização pessoa; - condições de trabalho.
Fornecedores	- mercadorias	- respeito aos contratos; - negociação legal.
Clientes	- dinheiro	- segurança e boa qualidade dos produtos; - preço acessível; - propaganda honesta.
Concorrentes	- competição; - referencial de mercado.	- lealdade na concorrência.
Governo	- suporte institucional, jurídico e político.	- obediência às leis; - pagamento de tributos.
Grupos e movimentos	- aportes socioculturais diversos	- proteção ambiental; - respeito aos direitos de minorias; - respeito aos acordos salariais, etc.
Comunidade	- infraestrutura	- respeito ao interesse comunitário; - contribuição à melhoria da qualidade de vida na comunidade; - conservação de recursos naturais.

Fonte: Duarte e Dias, 1986, p. 53

Por meio do quadro acima, observa-se que o relacionamento da empresa com seus parceiros reflete em toda a sociedade. A função social da empresa, no

entanto, surge a partir da consciência das organizações sobre sua responsabilidade social. Assim, Steiner e Miner (1981, p. 63) definem a responsabilidade social da seguinte maneira:

[...] a preocupação inteligente e objetiva com o bem-estar da sociedade que restringe o comportamento individual e das empresas, impedindo-o de ter consequências últimas que sejam destrutivas, não importa quão lucrativo possa ser este comportamento em termos imediatos e que faz com que a empresa contribua positivamente para o aperfeiçoamento humano, nos mais diversos sentidos em que este aperfeiçoamento possa ser definido.

De acordo com Khalil (2008), as organizações que valorizam a comunidade, estando conectadas com o desenvolvimento de projetos ambientais, culturais ou que interessem à comunidade em geral, e, apresentam chance mais alta no que diz respeito à atração e retenção de talentos. Ainda segundo o autor, estas empresas que possuem esta responsabilidade social, aumentam sua capacidade produtiva, mantendo a fidelidade de seus clientes.

As empresas com responsabilidade social podem ser consideradas organizações responsáveis, que possibilitam diversas mudanças positivas em toda a sociedade, de modo que auxiliam no desenvolvimento econômico, tecnológico e social para todos. Além disso, estas empresas também são capazes de envolver os seus colaboradores nos objetivos da empresa, sendo estritamente importante a participação deles, para que o cliente entenda e confie na boa imagem da empresa (KHALIL, 2008).

Toda a discussão sobre responsabilidade Social iniciou com o comprometimento com a sustentabilidade da vida do planeta em virtude da degradação do meio ambiente e do esgotamento dos recursos naturais; logo cresce a necessidade de as empresas tomarem medidas que preservem o meio ambiente (MEDEIROS; REIS, 2007, p. 17).

Assim, a responsabilidade social surge, inicialmente, de forma interna, para posteriormente atingir a parte externa da empresa. Se inicia, portanto, com o respeito com os próprios colaboradores, zelando para que não se perca a liberdade de expressão, de valores e de crenças (HORTA, 2011).

Além disso, estas empresas devem manter boas condições de trabalho, permanecendo também com a preocupação de atender aos clientes com qualidade

e pontualidade. Ainda segundo Horta (2011), a organização pode e deve identificar maneiras mais eficazes para melhorar sua atuação na sociedade, proporcionando ainda mais qualidade de vida aos seus colaboradores e à comunidade em geral.

De acordo com Kroetz (2000), no entanto, o Balanço Social trata-se de um instrumento de gestão, que permite que as organizações tornem públicas diversas informações importantes, como por exemplo, os números e quantidades de investimentos sociais realizados pelas entidades. Assim, pode-se afirmar que o Balanço Social permite a demonstração do grau de comprometimento social objetiva aumentar a transparência e a visibilidade das informações a todos os *stakeholders*. Para Tinoco (2001), os *stakeholders* são considerados os colaboradores, clientes, governo, comunidade local, fornecedores e parceiros comerciais.

Além disso, cabe considerar que a atuação das organizações, por si só, já trazem impactos ambientais. Ou seja, as empresas podem afetar o meio ambiente de forma positiva e negativa. Todavia, quando uma empresa adota uma postura responsável, evidencia-se que buscar desenvolver estratégias que visem a diminuição de impactos negativos. Assim, as organizações que mantêm uma conduta ambientalmente responsável buscar apoiar e desenvolver diversos projetos, seja de cunho educativo ou cultural, sempre visando melhorias nas áreas sociais. Também se faz necessário que mantenha uma política eficaz no processo produtivo, sempre deixando claras suas intenções sociais (SANTOS, 2014).

Além disso, é importante que as organizações também se preocupem com importantes questões, como por exemplo, os direitos fundamentais, respeitando, ainda, a livre iniciativa, conforme se discorre no seguinte tópico.

## 2.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS E A LIVRE INICIATIVA

No Brasil, os direitos fundamentais podem ser conceituados de acordo com o entendimento de Bulos (2007), que os define como sendo um conjunto que engloba normas, princípios e deveres estatais, que permitem uma convivência pacífica e igualitária para o cidadão. Isso significa dizer que os direitos fundamentais devem andar junto com o cumprimento da lei, considerando, ainda, que são intrínsecos e indispensáveis para proporcionar dignidade à pessoa humana, independentemente de sua raça, cor, origem, condição econômica ou social.

Importante destacar a evolução dos direitos humanos diante da promulgação da Constituição Federal de 1988 pelo tempo. Evidenciam-se, dessa forma, que existem gerações dos direitos humanos: sendo, de primeira, segunda ou terceira geração.

Enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos), que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais, realçam o princípio da liberdade e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais), que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas, acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade (MELLO, 1995, s/p).

O princípio do desenvolvimento sustentável à luz da Constituição valoriza tanto a primazia do desenvolvimento econômico e social da nação, como a necessidade de se compatibilizar tal processo com a proteção do meio ambiente. Deste modo, quem, por exemplo, desejar instaurar uma atividade econômica poderá fazê-la, desde que respeite o meio ambiente, seja evitando práticas danosas, seja garantindo a renovação dos recursos da natureza (ROLIM; JATOBA; BARACHO, 2015).

A intervenção do Direito nos assuntos ambientais somente ocorreu quando o homem percebeu que a sua capacidade de modificar a natureza poderia causar danos irreversíveis ao equilíbrio ecológico e mesmo provocar uma destruição irreparável do seu próprio 'habitat' (COSTA NETO, 2003).

A livre iniciativa é um princípio fundamental do Estado brasileiro, e tem por sua essência o ideal de liberdade na atuação do indivíduo que busca sua realização pessoal. Sobre este mesmo conceito, Nusdeo (2001, p. 176) aponta que: "Capacidade para tomar decisões quanto ao uso de recursos, com um mínimo de restrições por parte do poder. Em outras palavras, a autodeterminação da vontade no campo econômico". Há que se considerar, também, que:

[...] a livre iniciativa e a ação dos agentes econômicos devem ser impulsionadas por um objetivo comum, direcionada para desideratos que transcendem os interesses puramente individuais, de modo a exigir que se compatibilizem com os interesses sociais, e além disso,

que concorram com o Estado, e demais indivíduos, na sua realização (MELLO, 1982, p. 63).

De acordo com o previsto no artigo 170 da Constituição Federal de 1988 de 1988, que trata dos princípios da prática econômica, é possível constatar que a ordem econômica não deve estar fundada apenas na livre iniciativa, na livre concorrência, e na propriedade privada, mas também na defesa do consumidor e do meio ambiente, na busca do pleno emprego, na valorização do trabalho humano e na redução das desigualdades regionais e sociais.

Ainda no que tange à livre iniciativa, pode-se afirmar que mesmo diante da garantia do direito à propriedade privada e da livre iniciativa, nos termos dos artigos 5º, inciso XXII, e artigo 170, incisos I e III, verifica-se que tal princípio condiciona-se à obrigatoriedade do atendimento aos fins sociais inerentes, de acordo com o que preconiza o artigo 5º, incisos XXIII e artigo 170, inciso II.

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXII - é garantido o direito de propriedade; XXIII - a propriedade atenderá a sua função social (BRASIL, 1988).

Além disso, a Constituição Federal de 1988 de 1988, no capítulo 1 do título “Da ordem econômica e financeira”, trata dos “Princípios gerais da atividade econômica” e, em seu art. 170, *caput* e parágrafo único, estabelece que:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] II – propriedade privada; III – função social da propriedade; Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei (BRASIL, 1988).

Desta forma, importante destacar o *caput* do artigo 170 da Constituição Federal de 1988 de 1988, que estabelece a livre iniciativa como sendo um dos fundamentos da ordem econômica. Além disso, também há que se observar o artigo 1º, inciso IV da Constituição Federal de 1988 de 1988, que também a coloca como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (BRASIL, 1988).

De acordo com Grau (2005, p. 203-207), evidencia-se que a liberdade de iniciativa pode ser considerada como sendo um dos desdobramentos da liberdade, aclarando que: “Uma das faces da livre iniciativa se expõe, ninguém o contesta, como liberdade econômica, ou liberdade de iniciativa econômica, cujo titular é a empresa”.

Diz o artigo 170 da CF, a ordem econômica é fundada na livre-iniciativa, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios da propriedade privada, da livre concorrência, entre outros. A interpretação sistemática que se faz do texto constitucional autoriza a inferir que a econômica brasileira adota o modelo capitalista na obtenção dos bens e produtos. Por conseguinte, assegura ao cidadão a liberdade de escolha e constituição de sua atividade, observadas as limitações legais e constitucionais, que impõem iguais oportunidades de acesso ao trabalho e uma leal competição do mercado (RIBEIRO; BASSOLI; PEIXOTO, 2007, p. 148).

Segundo Napolitano (2004, p. 191-192) a livre iniciativa trata-se de um princípio que traduz “[...] a possibilidade, no campo econômico, de decidir o que fazer, como fazer e quando fazer, independentemente de autorização e determinação do Estado”.

Deste modo, a livre iniciativa pode ser caracterizada, de acordo com Napolitano (2004, p. 192), pela “livre eleição da atividade e dos meios de que se deve lançar mão na consecução da atividade econômica”.

Em uma ordem econômica baseada na livre iniciativa privada as diferentes modalidades de sociedades empresárias assumem fundamental papel. São elas que agrupam diferentes quantidades de capitais e pessoas com o objetivo de viabilizar e maximizar o exercício das atividades de produção ou distribuição de bens ou de serviços com intuito lucrativo (PIMENTA, 2006, p. 66).

Ainda de acordo com Grau (2005), existem duas espécies de atividade econômica. Uma delas é a atividade em sentido amplo, que engloba o serviço público; e a atividade econômica em sentido estrito, exercida pela iniciativa privada.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a livre iniciativa econômica privada, pela qual o empresário privado detém propriedade privada para o exercício da empresa, possui extrema importância para a estruturação da ordem econômica brasileira, que se sujeita aos princípios da propriedade privada e da função social da propriedade, dentre outros.

A previsão da livre iniciativa, no texto constitucional, consagra, no ordenamento jurídico brasileiro, a economia de mercado capitalista. Esse princípio é um pressuposto básico desse sistema econômico, justamente com a propriedade privada. Com a previsão do princípio da livre iniciativa e consequente consagração do capitalismo, a ordem jurídica constitucional brasileira admite ampla organização empresarial da atividade econômica privada, fundada no postulado da livre iniciativa (NAPOLITANO, 2004, p. 193).

A atividade empresarial, no entanto, deve observar os princípios da propriedade privada e da função social da propriedade, que encontram-se elencados pelos incisos II e III do artigo 170 da Constituição Federal de 1988.

Segundo Napolitano (2004), tratam-se de princípios gerais da atividade econômica, que se aplicam à empresa e ao regime da livre iniciativa econômica privada, na mesma proporção em que o exercício da empresa considera-se atividade econômica e a livre iniciativa caracteriza-se como um dos fundamentos da ordem econômica nacional.

Para Grau (2005, p. 247) há que se observar o significado da função social que está prevista no inciso XIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, tendo em vista que refere-se à “propriedade dotada de função individual”. Deve-se distingui-la, portanto, da função social da propriedade estatuída como princípio geral da atividade econômica, que se relaciona à “propriedade função social” e corresponderia à propriedade dos bens de produção, sendo essa a que diretamente interessa à ordem econômica.

Vale destacar, que, para a Organização das Nações Unidas – ONU, a aproximação com o setor privado é essencial para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável, da mesma forma que é essencial a aproximação dos Estados, para alinhamento de políticas públicas a melhorar ou a desenvolver para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável demanda substanciais investimentos e financiamento de fontes públicas e privadas, as quais, no atual cenário de crise econômica e restrições fiscais, têm apresentado fortes limitações. Nesse contexto, é fundamental que o Estado retome seu papel de indutor e regulador do desenvolvimento, favorecendo a adoção de práticas econômicas e processos produtivos inovadores, calcados no uso racional e na proteção dos recursos naturais e na incorporação de pessoas excluídas à economia, por meio do acesso ao emprego, ao trabalho decente e à renda. Por meio de instrumentos econômicos e políticas públicas, o Estado deve remover barreiras e criar incentivos positivos, que facilitem a adesão do setor produtivo a padrões mais sustentáveis sob as óticas econômica, ambiental e social (ONU, 2011, p. 12).

Neste âmbito, os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas são:

- eliminar todas as formas de pobreza do mundo;
- acabar com a fome; garantir a vida saudável e bem estar a população;
- garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade;
- assegurar a igualdade de gênero e o empoderamento feminino;
- garantir a gestão sustentável;
- acesso à energia a todos;
- crescimento sustentável, emprego pleno e trabalho digno a todos;
- industrialização sustentável e inclusiva;
- diminuir a desigualdade entre os países e dentro deles;
- cidades sustentáveis, inclusivas e mais seguras;
- melhorar o padrão de produção e promover o consumo sustentável;
- combater as causas das mudanças climáticas;
- preservar os recursos marinhos;
- preservar, recuperar e garantir o uso sustentável de ecossistemas;
- promover a paz, acesso a justiça e instituições inclusivas e eficazes;
- promover a parceria mundial.

Desta forma, o princípio de desenvolvimento sustentável tem por objetivo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução humana e de suas atividades, garantindo a relação entre o homem e o meio ambiente, uma relação

saudável, para que as futuras gerações também tenham a oportunidade de desfrutar os recursos que temos disponíveis na atualidade a nossa disposição.

A evolução do conceito de desenvolvimento, calcado nas diversas mutações vividas pela humanidade, como sociedade organizada, pela forma de atuação do setor produtivo diante da utilização dos recursos naturais, e acima de tudo pelo progresso da ciência e da tecnologia, resulta da preocupação e da elaboração de estudos voltados para a continuidade e melhoria da qualidade de vida no planeta, em decorrência da consciência de como se conduziam as variadas formas de crescimento econômico.

Destaca-se ainda, a importância de se estudar o cumprimento dos direitos fundamentais, levando em consideração o que estabelece a Constituição Federal de 1988 de 1988, demonstrando, assim, que estes direitos possuem ampla proteção.

## 2.2 O CUMPRIMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE ACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 DE 1988

Inicialmente, há que se observar que a função social de uma empresa pode ser conectada com as conquistas do Estado Social, cuja definição, considerando o ponto de vista do Direito, é aquele que possibilitou acrescentar à dimensão política do Estado liberal, uma perspectiva econômica e social, de forma a limitar e controlar o poder econômico, tutelando, ainda, os hipossuficientes (LÔBO, 2003).

Empresas que possuem uma estratégia conectada com a Gestão de Responsabilidade Social assumem uma importante função que atinge relevante interesse social, pois trata de questões essenciais, como por exemplo, meio ambiente, saúde, bem-estar da sociedade e outros (DE LUCA, 2005).

Evidente que, de forma justa, o Estado pode ser denominado como Estado social quando conferir os direitos do trabalho, da previdência, da educação, e quando sua intervenção na economia for comportando-se como distribuidor, ditando o salário, manipulando a moeda, regulando os preços, combatendo ao desemprego, protegendo os doentes. Ou seja, o Estado social existe quando há expansão de sua própria influência à grande maioria dos domínios, que tradicionalmente pertenciam à iniciativa individual (SANTIAGO; CAMPELLO, 2016).

Neste âmbito, a Constituição Federal de 1988 (CF) de 1988 traz, expressamente, uma ideia acerca da limitação da iniciativa privada e da propriedade, além de trazer também o ideal da socialidade (o artigo 5º, XXIII e 170, III, da CF). Além disso, trata sobre a dignidade da pessoa (em seu artigo 1º, III), trata sobre os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art. 1º, IV), sobre a solidariedade social (art. 3º, I), destaca a função social da propriedade (arts. 5º, XXIII, e 170, III). Ou seja, existe um primeiro confronto entre o pensamento liberal e a tendência socializante da época atual, considerando o detrimento da propriedade, todavia, atualmente se vislumbra uma opinião pacífica acerca da concepção de que a propriedade trata-se de um direito limitado.

Haja vista que a empresa é considerada como um instrumento legal para o exercício de iniciativas econômicas se faz necessário que se obtenha o reconhecimento da função social da empresa, tendo em vista que a própria Constituição Federal de 1988 determina que a livre iniciativa necessita de um valor social. No entanto, a livre iniciativa é considerada como a possibilidade de agir sem qualquer influência externa, sendo considerada uma expressão da liberdade. Então, o valor social se caracteriza por uma atividade que deve ser socialmente útil e que será instrumento para a realização da justiça social, do bem-estar social (CRETELLA JUNIOR, 1992). Ainda sobre a livre iniciativa, verifica-se que:

[...] é uma manifestação dos direitos fundamentais e no rol daqueles devia estar incluída. De fato o homem não pode realizar-se plenamente enquanto não lhe for dado o direito de projetar-se através de uma realização transpessoal. Vale dizer, por meio da organização de outros homens com vistas à realização de um objetivo (BASTOS, 1990, p. 16).

Antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 de 1988, que trouxe, de forma bastante expressiva e inédita, a proteção do meio ambiente, tinha-se pequena produção legislativa regulando a matéria. De acordo com Garcia (2009), isso está relacionado ao fato de que se demorou a tomar consciência da importância de se ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, para a nossa sobrevivência e também tardou a percepção quanto à limitação dos recursos naturais existentes no planeta, o que dificultou a produção de normas de caráter protetivo e preservativo para o meio ambiente.

A relevância atribuída à questão ambiental na Constituição Federal de 1988 de 1.988, foi inovadora, posto que as Constituições anteriores limitaram-se a tratar de sua competência legislativa, tendo em vista que o direito a uma vida saudável encontra-se vinculado ao próprio conceito de dignidade humana. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 170 assegura os direitos fundamentais, a seguir:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente; VII - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VIII - redução das desigualdades regionais e sociais; IX - busca do pleno emprego; X - tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte. XI - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei (BRASIL, 1988).

Dentre as regras gerais, insta salientar o inciso VI, que eleva a defesa do meio ambiente ao status de princípio de ordem econômica. Por se tratar de direito fundamental de terceira geração a importância de sua preservação transcende o direito de cada Estado, passando a ocupar importante espaço nos compromissos firmados no âmbito internacional, dentre eles as Declarações de Estocolmo de 1.972, que traz importantes princípios para o mundo todo se inspirar visando a preservação e melhoria do meio ambiente humano, bem como as Declarações do Rio de Janeiro em 1.992, que reafirmam tais princípios, e, por fim, o Protocolo de Quioto, que, segundo Brasil (2020, p. 01), trata-se de um tratado complementar, que objetiva definir “[...] metas de redução de emissões para os países desenvolvidos e os que, à época, apresentavam economia em transição para o capitalismo, considerados os responsáveis históricos pela mudança atual do clima”. Além disso, o artigo 225, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988 de 1988, assegura:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia

qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (BRASIL, 1988).

A ampla proteção constitucional dada atualmente a este bem de caráter transindividual reflete-se não somente pela regra específica da “Ordem Social”, onde está previsto o direito ao meio ambiente ecológicamente equilibrado como sendo de todos e principalmente a sua defesa e preservação como incumbências do Poder Público e da coletividade; mas também por meio de regras de garantias, anulação de ato lesivo ao meio ambiente, por meio de ação popular, competência como a função institucional do Ministério Público de promover inquérito civil e ação civil pública para proteção ambiental e geral (MORAES, 2004, p. 703).

Neste cenário, há que se considerar que a atividade empresarial deve ser considerada como uma especificação do direito das obrigações, sendo, portanto, uma projeção natural e imediata dele. Este é o motivo pelo qual o Direito Empresarial surge no Código Civil como consequência imediata do direito das obrigações (REALE, 1986).

Ressalta-se, também, que a função social da empresa podia ser extraída do texto dos artigos 116, parágrafo único, e artigo 1544, da Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Muito embora seja considerada uma legislação específica

que versa somente sobre uma espécie societária. Desta maneira, há que se considerar que o princípio da função social da empresa já estava implícito no ordenamento jurídico brasileiro desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 de 1988. Isso, pois, decorre automaticamente da função social da propriedade e do valor social da livre iniciativa, consideradas imposições da socialidade característica do Estado social, e isto independe da sua não nomeação no Código Civil. Assim, há que se obter um direcionamento no que tange à tentativa de esclarecer o seu conteúdo e contextualizá-lo na sociedade de consumo. Em síntese, economicamente, a empresa pode ser definida como uma organização de fatores de produção (SANTIAGO; CAMPELLO, 2016).

Para Melo Neto e Froes (2001), uma empresa que se comporta de forma socialmente responsável tem ganhos internos e externos, haja vista que, em âmbito interno, possibilita melhorias no ambiente de trabalho, bem como na qualidade de vida no trabalho. Já, em âmbito externo, visualizam-se retornos para a organização, podendo ser de cunho social, tributário, econômico, dentre outros.

Fato é que, com o passar dos anos, a sociedade passa por transformações em diversos âmbitos. O mundo globalizado exige das empresas cada vez mais atenção no que tange aos problemas que decorrem de seu desempenho. Além disso, a população, em geral, possui cada vez mais acesso às informações e, diante desta consciência, evidencia-se o crescimento da preocupação com o humano, o social e ambiental em suas relações financeiras.

Resumidamente, cumpre dispor que a função social da empresa possibilita a limitação da vontade e do interesse dos detentores do capital, de modo a possibilitar a substituição do poder arbitrário do dono da empresa pelo equilíbrio que deve passar a existir entre as forças que cooperam para o desenvolvimento das finalidades empresariais. Trata-se de submeter o interesse particular ao interesse social (SANTIAGO; CAMPELLO, 2016).

Considerando a previsão constitucional de que a aplicabilidade dos direitos fundamentais é imediata, deve-se refletir acerca da eficácia dos direitos fundamentais. Neste sentido, de acordo com Fachim (2012, p. 245-246) os direitos fundamentais devem ser aplicados automaticamente, de modo que não necessitam de regulamentação específica para serem aplicados nos casos concretos. A interpretação decorrente do parágrafo 1º do artigo 5º, deve garantir a efetividade a todos esses direitos que estão previstos em vários dispositivos constitucionais.

Há que se considerar, ainda, a função social da empresa juntamente com a publicidade existente a partir do balanço social, tendo em vista que esta ferramenta permite a divulgação de inúmeros indicadores importantes da atuação da organização perante a sociedade, sendo demonstrado no tópico a seguir.

### 2.3 A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E A PUBLICIDADE NO BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social é um documento gerencial, composto de indicadores financeiros, econômicos e sociais, é uma ferramenta de suma importância para as empresas que querem se manter num mercado altamente competitivo. A publicação do balanço deve ser encarada como um compromisso de transparência e ética empresarial, considerando que este demonstrativo ressalta a eficiência das ações e estratégias sociais realizadas, num determinado período de tempo (DANTAS, 2015).

De acordo com o entendimento de Tinoco (1993, p. 04), vale considerar que “o balanço social é um instrumento de gestão e informação que visa reportar, de forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários”. Além disso, a inserção destas outras questões econômicas, ambientais e de cidadania, ampliaram ainda mais o contexto do balanço social, trazendo, então, um sentido amplo para ele.

Tais indicadores estão presentes no modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), demonstrando que uma empresa atual deve compreender o homem em plena integração com a coletividade. Neste sentido, Silva e Freire (2001) explicam que o balanço social favorece os mais diversos grupos que praticam algum tipo de interação com a empresa. Desta forma, os dirigentes têm acesso à informações úteis no momento de tomada de decisões relativas às atividades sociais desenvolvidas pela empresa.

Por sua vez, a importância do balanço social para os funcionários é que possibilita demonstrar que a empresa valoriza seu trabalho, de modo a se criar melhores condições, visando estimular sua participação nas ações sociais desenvolvidas por ela. Desta forma, se cria um maior nível de comunicação interna, integrando as relações entre dirigentes e empregados. No que tange aos fornecedores e investidores, traz informações sobre a forma na qual a organização age sobre os recursos humanos e a natureza (SILVA; FREIRE, 2001).

De acordo com Pinto e Ribeiro (2004), independente da sua formatação, o Balanço Social deve objetivar a demonstração do resultado da interação da organização para com o meio em que se insere, dando ênfase aos aspectos de recursos humanos, contribuição para o desenvolvimento econômico e social, ambientais, bem como contribuições para a cidadania em geral.

De forma superficial, a essência de Responsabilidade Social Empresarial representa uma obrigação legal, comprometimento ético, ou ainda filantropia. Representa, portanto, uma conduta ética por parte da empresa para com todos os seus públicos. Segundo Vergara e Branco (2001), o contexto do novo século apresenta um cenário no qual as organizações acabam sendo julgadas de acordo com os compromissos éticos que efetuam, além de também ser uma preocupação de todos o foco nas pessoas e nas relações que visam a preservação do ambiente natural.

Observa-se que, em um mundo onde o aquecimento global encontra-se em evidência, emergem preocupações com a preservação ambiental e, portanto, devem ser ponto de partida para qualquer atividade desenvolvida. Assim, surge a importância da responsabilidade social e ambiental não só do individual mas também do coletivo, iniciando-se com a participação das organizações.

De acordo com Barbieri (2007), quando uma empresa utiliza-se de relatórios ambientais, possibilita a divulgação de aspectos ambientais pela organização, demonstrando o impacto ambiental de suas atividades, bem como qual a postura adotada com relação a isso. Por sua vez, no caso das empresas públicas, trata-se de dever legal da organização expor alguns fatores em outros relatórios.

De Luca (2005) explana que o conceito de Responsabilidade Social abrange não somente a postura legal da empresa, mas também seus hábitos filantrópicos, englobando, ainda, qual o apoio que a organização oferece à comunidade. Caracteriza-se por uma mudança de conduta da gestão empresarial passando a focar ainda mais na qualidade das suas relações, proporcionando um ambiente que visa a geração de valor para toda sociedade.

Por isso, vale ressaltar que a responsabilidade social deve ser divulgada amplamente perante a sociedade, haja vista que seu papel é de protagonismo perante as relações existentes no mercado. Além disso, deve ser considerada como um meio fundamental no que diz respeito à disponibilização de informações sobre produtos e serviços aos consumidores. São poucas as empresas que não utilizam

sistematicamente a publicidade, visando garantir o crescimento de suas vendas (MUNIZ, 2004).

Atualmente, vive-se em um momento delicado e único, haja vista que a combinação entre consumo e alta tecnologia propicia um acesso inédito a produtos que antes só estavam disponíveis para um nicho específico de consumidores privilegiados financeiramente. Além disso, a publicidade apresenta uma cota significativa de responsabilidade, já que os anúncios associam determinados produtos ao que, muitas vezes, eles não correspondem, melhor dizendo, felicidade, satisfação, dentre outros (SANTIAGO; CAMPELLO, 2016).

A proibição à publicidade enganosa e abusiva, contida nos artigos 6º, IV8 , e 379 , do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990), também pode ser apontada como uma limitação à atividade da empresa, primando pela sua função social. Tais dispositivos coíbem a captação de consumidores através da utilização publicitária de informações falsas ou que induzam a erro acerca da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços, bem como condenam a publicidade discriminatória, que incite à violência, explore o medo ou a superstição, use inexperiência da criança, desrespeite valores ambientais ou induza o comportamento prejudicial ou perigoso à saúde ou segurança do consumidor (NUNES JÚNIOR; SERRANO, 2003).

De acordo com Miranda (2017), identificam-se alguns dos embates que existem acerca da função social da empresa, como por exemplo, no capitalismo, as empresas visam a produção de lucro, e, portanto, há dificuldade de tornar a função social da empresa compatível com o seu objeto.

Ou seja, observa-se a existência de dificuldades, como os contratos, que são utilizados como instrumento para obtenção de lucro e se inserem por vezes em conflitos culturais, nos casos de contratos internacionais, sem que essas dificuldades diminuam a força do princípio, intimamente relacionado à função social da empresa (MIRANDA, 2017).

A população de uma forma geral age por impulso, seguindo a ordem ditada pelo anúncio ou mensagem publicitária, sem refletir ou questionar as reais necessidades, ou mesmo a qualidade e preço de produtos disponíveis no mercado de consumo. Essa atitude leva a sociedade a um prejuízo de ordem financeira (endividamento) e, dentre outros efeitos nocivos, contribui para a poluição ambiental

gerada pela produção não sustentável. Esse estilo de vida que fomenta uma 'cultura descartável', um consumo sem limites, ameaça por si mesmo a sobrevivência atual e das gerações futuras.

A publicidade tem um papel de responsabilidade junto a sociedade, pois de acordo com a sua forma influencia a população ao consumo, e deve ter seu papel de informadora e consumidores críticos para a preservação do meio ambiente, garantindo assim a existência e manutenção das gerações futuras.

Assim, Gonçalves (1980) apresenta, de forma simplificada, as inter-relações que podem ser observadas entre a empresa e aqueles que compõem o seu ambiente, de modo a se ilustrar o entendimento das dimensões que a responsabilidade social da empresa possui:

**Figura 2 – Relações entre empresa e o ambiente**



Fonte: Gonçalves, 1980, p. 40

De acordo com a figura acima, a Contabilidade deve prezar pelo fornecimento de informações diversificadas para cada usuário, procurando melhor conhecer e atender suas expectativas. Evidencia-se que as empresas estão visando melhorias nas suas relações para com o ambiente, visando o resgate de sua cota de responsabilidade no processo de desenvolvimento social, de modo a melhorar o impacto de sua atuação na sociedade em geral, bem como, no ambiente em que se encontram.

Como ainda não existe um referencial que seja condizente com a real necessidade dos usuários, Ludibicius (2009, p. 50) sugere a:

[...] construção de um arquivo básico de informação contábil que possa ser utilizado de forma flexível por vários tipos de usuários, cada um com ênfases diferentes ou naquele tipo de informação, neste ou naquele princípio de avaliação, porém extraídos todos os informes do arquivo básico ou "data-base" estabelecido pela Contabilidade.

É evidente que em um mundo no qual o aquecimento global encontra-se em evidência, bem como preocupações com a preservação ambiental devem ser ponto de partida para qualquer atividade desenvolvida. Neste sentido surge a importância da responsabilidade social e ambiental não só do individual mas também do coletivo, iniciando-se com a participação das organizações.

A empresa cumpre a sua função social quando procura atingir um objetivo útil não apenas para os atores diretamente envolvidos, mas para toda a sociedade. Entretanto, é preciso reconhecer que tanto o balanço social quanto a responsabilidade social ainda estão em fase de construção no ordenamento jurídico brasileiro (DANTAS, 2015).

As empresas possuem diferentes formas sobre a prática e publicação de suas ações no balanço social, portanto isto será objeto de estudo no próximo tópico, demonstrando as principais preferências de algumas organizações brasileiras para a divulgação do documento.

#### 2.4 AS FORMAS DAS EMPRESAS DE PRATICAR E PUBLICAR SUAS AÇÕES NO BALANÇO SOCIAL

De acordo com Reetz e Tottola (2006) o Balanço social trata-se de um registro pelo qual se divulga a atuação da organização no convívio social. É um demonstrativo divulgado anualmente, que contém diversas informações da organização com relação a fornecedores, encargos sociais, remuneração, segurança, produtividade, informações trabalhistas, dentre outras. Todavia, evidente destacar que além da divulgação das relações internas, também deve se destacar a divulgação da relação entre a organização e a sociedade.

Segundo Medeiros e Reis (2007), o hábito para a elaboração e para a divulgação do Balanço Social é considerado recente, tendo em vista que originou-se após meados do século XX, em face da responsabilidade social que emergiu no meio empresarial.

Em resposta aos problemas que decorreram do crescimento econômico, principalmente aqueles de ordem ambiental, surgiu a preocupação das organizações com o meio ambiente, fazendo com que surgissem determinados modelos de Balanço Social também englobassem informações sobre as práticas ambientais da empresa (MEDEIROS; REIS, 2007).

Ainda segundo Medeiros e Reis (2007), o Balanço social é uma ferramenta que possibilita a identificação de problemas, por meio do qual a organização divulga todas suas informações, não devendo utilizar informações subjetivas ou especulativas; tendo em vista que deve retratar fatos e informações verídicas. Deste modo, cabe à própria organização buscar o caminho mais fácil para a elaboração deste demonstrativo, de modo que se evitem erros de interpretação.

No que tange à estrutura do Balanço Social, evidencia-se que trata-se de um documento simples e objetivo; de modo que os envolvidos não encontram dificuldades para sua elaboração, sem desencadear custos extras para a empresa. Importante destacar que grande parte dos dados necessários para a elaboração do balanço social encontram-se nos relatórios contábeis da organizações, sendo, portanto, de fácil acesso. Destaca-se, ainda, que a simplicidade auxilia no envolvimento de que mais pessoas e empresas elaborem o documento e divulguem-no, independentemente do porte e de setor em que atuam (MEDEIROS; REIS, 2007).

Por sua vez, cabe ressaltar que um poderoso instrumento que auxilia e complementa a elaboração do Balanço Social é a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que representa a riqueza gerada considerando um determinado período.

Neste sentido, observa-se que a soma das importâncias agregadas corresponde à soma da riqueza gerada. Para Welter *et al* (2005), a DVA pode ser considerado como sendo um demonstrativo tanto para os administradores, quanto para a sociedade em geral, tendo em vista que possibilita a demonstração da riqueza gerada no período e a forma como foi distribuída. Neste sentido, o valor adicionado:

[...] é o valor total da produção de bens e serviços de determinado período, menos o custo dos recursos adquiridos de terceiros, necessários a essa produção, bem como a forma pela qual este está

sendo distribuído entre os diferentes grupos sociais que interagem com suas atividades (TINOCO; KRAEMER, 2004, p. 98).

Assim, de acordo com Santos (2003), observa-se que a DVA representa um importante papel no Balanço Social, considerando que auxilia na mensuração e demonstração da capacidade da organização de gerar e distribuir riquezas. A DVA, no entanto, pode utilizar como base os próprios dados contábeis, extraídos dos registros efetuados em conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, que provavelmente serão obtidos da Demonstração de Resultado do Exercício.

Kroetz (2000) afirma que a DVA possibilita a percepção acerca da contribuição econômica da organização para cada segmento com quem ela se relaciona, constituindo-se no Produto Interno Bruto (PIB) produzido pela organização.

Assim, ao se estudar as formas pelas quais as empresas publicam seu balanço social, se remete à necessidade de estudar os tipos de balanços sociais, analisando, deste modo, alguns modelos do documento.

Desta forma, o próximo capítulo versa sobre alguns pontos do balanço social, como sua obrigatoriedade, apresentando, ainda, reflexões sobre indicadores, elementos, estruturas e modelos de balanço social.

### **3. ANÁLISES DE INDICADORES, ELEMENTOS, ESTRUTURAS E MODELOS DE BALANÇOS SOCIAIS**

Tendo em vista a grande importância da divulgação do balanço social pelas empresas, conforme já demonstrado pela presente pesquisa, é preciso refletir sobre a obrigatoriedade ou não do balanço social, conforme as legislações vigentes. Neste capítulo também se estuda modelos e conteúdos de balanços sociais.

Assim, se faz necessário apresentar algumas análises de empresas renomadas que publicam anualmente seus balanços sociais. Dessa forma, visa-se apresentar e estudar os indicadores utilizados, bem como, elementos, estruturas, e refletindo sobre o modelo de balanço social utilizado, para que, posteriormente, apresente uma sugestão de balanço social completo e ideal para as empresas.

A metodologia utilizada para realizar a análise de balanços sociais utiliza como escopo o entendimento de Yin (2001), que enfatiza que se trata de uma estratégia comumente utilizada quando é preciso responder a questões do tipo “como” e “por quê”.

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. A investigação de um estudo de caso baseia-se em várias fontes de evidências e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (YIN, 2001, p. 32).

Além disso, válido pontuar que o estudo de multicasos, ainda segundo Yin (2001), possibilita que o pesquisador descreva mais de uma organização, cujo objetivo primordial é de realizar comparações. Ou seja, a metodologia utilizada será a comparação entre estudos de casos de empresas escolhidas devido à sua posição de destaque no mercado brasileiro, e tendo em vista que se preocupam em divulgar amplamente sua responsabilidade social.

### 3.1 BALANÇO SOCIAL OBRIGATÓRIO OU FACULTATIVO?

Mesmo diante da não obrigatoriedade do balanço social para empresas mais antigas, evidencia-se que, com o passar dos anos, as organizações estão se conscientizando sobre a importância desta ferramenta, tendo em vista que se trata de um documento que reflete em inúmeros benefícios para a gestão organizacional.

Importante destacar que a maneira pela qual o balanço social é divulgado também varia, podendo se apresentar como um documento separado, ou ainda, ser integrado ao relatório anual da empresa. Line, Hawley e Krut (2002) destacam que a partir da expansão do uso da tecnologia de informação, a utilização da Internet para disponibilização dos balanços sociais tem crescido.

O Balanço Social não é obrigatório e não possui um padrão específico, porém é uma das ferramentas de divulgação das informações empresariais para as partes interessadas, além de especificar como essas informações são distribuídas e quais são os benefícios trazidos para a sociedade (AGUIAR; OLIVEIRA, 2017, p. 119-120).

Alguns especialistas entendem que a partir Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.003/2004, que aprovou a NBC T 15, trouxe por meio de seu texto, a obrigatoriedade de divulgação do Balanço Social, visando proporcionar mais transparência da empresa perante a sociedade acerca da participação e responsabilidade social.

Estes profissionais enxergam a obrigatoriedade como decorrência das normas administrativas do Conselho Federal de Contabilidade (NBC T 15), para empresas poluentes e para a obtenção do Certificado ISO 14000<sup>3</sup> para aquelas que o possuem.

Neste sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225 estabelece os princípios constitucionais referentes ao meio ambiente, e, por isto, os ambientalistas também defendem a obrigatoriedade do balanço social.

A obrigatoriedade de tais normas contábeis incidiu sobre empresas e profissionais, independentemente do porte. Assim, o balanço social objetiva a divulgação da gestão econômico-social da empresa, além de demonstrar seu

---

<sup>3</sup> A ISO 14000 engloba um conjunto de normas que trazem diretrizes e garantias de que as empresas (sejam públicas ou privadas) pratiquem a gestão ambiental.

relacionamento com a comunidade, apresentando o resultado das suas ações sociais.

Importante destacar que não existe regulamentação internacional com relação à obrigatoriedade de divulgação do balanço social, deste modo, cada organização divulga aquelas informações que considera conveniente (KROETZ, 2000).

Além disso, o balanço social deve trazer informações sobre a influência da entidade na sociedade, bem como no meio ambiente. Assim, deve informar, por exemplo: quais os investimentos que a empresa realiza nos setores de educação, cultura, esporte e meio ambiente. As informações devem servir de complemento para as informações contábeis (KROETZ, 2000).

Existem diferentes modelos que trazem conteúdos distintos na divulgação do balanço social, entretanto o objetivo de todos eles acaba sendo o mesmo: divulgar a atuação social da empresa. Assim, este estudo levanta três principais modelos que englobam indicadores de diversos cunhos.

### 3.2 MODELOS E CONTEÚDOS DO BALANÇO SOCIAL

Existem três principais modelos de balanço social que são amplamente conhecidos. Segundo Tinoco (2001), tais modelos estão conectados com a elaboração e divulgação do Balanço Social. Nacionalmente, os modelos mais conhecidos são IBASE e Ethos, e, o internacionalmente é o *Global Reporting Initiative* - GRI. Desta forma, Tinoco e Kraemer (2004, p. 282) complementam que a GRI não possui um modelo de Balanço Social.

Barbieri (2007) afirma que o GRI é mais frequentemente utilizado no exterior, sendo um de seus principais valores a transparência. Ou seja, sugere-se que os dados informados possuam total veracidade, sendo esse o principal aspecto relacionado a responsabilidade social. Além disso, o GRI também divulga indicadores direcionados à sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Desenvolve e atualiza periodicamente um conjunto formado por estrutura, diretrizes e protocolos técnicos para elaborar relatórios de sustentabilidade com base no diálogo com múltiplos seguimentos (BARBIERI, 2007, p. 270).

Neste mesmo sentido, Bassetto (2010) destaca a estrutura e importância deste modelo disponibilizado pelo GRI, tendo em vista que apresenta dois pressupostos básicos: a comparabilidade e a flexibilidade.

[...] a primeira liga-se à meta de desenvolver uma estrutura paralela aos relatórios financeiros. A segunda considera as diferenças legítimas entre organizações e entre setores da economia, atuando de modo flexível o suficiente para acomodar essas diferenças (BASSETO, 2010, p. 643).

O modelo GRI, segundo Costa Filho (2004), foi criado no ano de 1997 nos Estados Unidos por um grupo de consultores e líderes empresariais, visando melhorias da qualidade ambiental, além de também ser considerado um instrumento gerencial transparente e comunicativo para com todas as partes envolvidas. É uma ferramenta que busca o mesmo rigor e exigências dos balanços financeiros obrigatórios.

Em relação ao modelo GRI, Ono e Panucci Filho (2013) concordam que este é o modelo considerado mais disseminado internacionalmente. Este modelo possui 79 indicadores de desempenho distribuídos em três categorias: econômica, ambiental e social. Para cada uma destas categorias, existe um conjunto de protocolos que organiza as informações a serem divulgadas.

O padrão GRI apresenta inúmeros indicadores que compõem o modelo de diretrizes, os quais são distribuídos em categorias. Seus objetivos são os seguintes:

Uma missão clara do impacto ecológico e humano da empresa, afim de apoiar a tomada de decisão quanto a investimentos, parcerias ou terceirização; Proporcionassem às partes interessadas informações confiáveis e relevantes; Apoiassem a avaliação e melhoria contínua do seu desempenho e progresso; Respeitassem e ampliassem, consistentemente, os critérios externos já estabelecidos e aceitos para a elaboração de relatórios, a fim de lhe garantir transparência e credibilidade; Apresentassem formato compreensível, que facilitasse a comparação com relatórios emitidos por outras organizações; Complementassem outras formas de comunicação, incluindo as de natureza financeira; Ilustrassem a relação entre elementos da sustentabilidade: o econômico (que inclui a informação financeira, mas não se limita a ela), o ambiental e o social (RIBEIRO, 2005, p. 122-123).

Para as organizações que utilizam o modelo do IBASE, o instituto oferece um selo próprio, o Balanço Social IBASE/Betinho para isso é necessário o

preenchimento total do relatório, sem ignorar nenhum item, inclusive o IBASE realiza uma consulta pública para verificar se é coerente a organização receber o selo, sendo que para isso a empresa depende da opinião de seus funcionários e da sociedade (BARBIERI, 2007).

Modelo do IBASE apresenta como objetivo central apresentar à sociedade em geral as ações organizacionais que são classificadas como socialmente responsáveis. Consiste num conjunto de indicadores sociais, ambientais, e outras ações empresariais que demonstram comprometimento com os deveres para com a comunidade. É um modelo simples e objetivo para que a divulgação possa ser realizada em qualquer contexto devido a sua fácil compreensão (BARBIERI, 2007).

Para Ono e Panucci Filho (2013), o modelo de Balanço Social do Ibase apresenta quarenta e três indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, sendo organizados em sete categorias que apresentam dados e informações de dois exercícios anuais da empresa, sendo elas: base de cálculo; indicadores sociais internos; indicadores sociais externos; indicadores ambientais; indicadores do corpo funcional; informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e outras informações.

O Instituto ETHOS (2007) reconhece a importância do modelo para pesquisas sobre balanços sociais afirmando que no Brasil, o sociólogo Herbert de Souza, Betinho, então presidente do IBASE, lançou uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social e propôs um modelo simplificado de auto avaliação das práticas das organizações.

As empresas, adotam um comportamento socialmente responsável, são poderosos agentes de mudança para, juntamente com estados e sociedade civil, construir um mundo melhor. Este comportamento é caracterizado por uma coerência ética nas suas ações e relações com diversos públicos com os quais interagem contribuindo para o desenvolvimento contínuo das pessoas, das comunidades e de suas relações entre si e com meio ambiente (PINTO, 2003, p. 111).

O modelo é inspirado no formato dos balanços financeiros. Expõem, de maneira detalhada, os números associados à responsabilidade social da organização. Em forma de planilha reúne informações sobre a folha de pagamentos, os gastos com encargos sociais de funcionários, a participação nos lucros. Também

detalha as despesas com controle ambiental e cultura, saúde, etc. (ETHOS, 2007, p. 07).

**Quadro 4 – Modelo IBASE**

PRINCIPAIS ABORDAGENS BALANÇO SOCIAL IBASE	
1	Identificação da Instituição
2	Origens dos Recursos
3	Aplicação dos Recursos
4	Indicadores Sociais Internos
5	Projetos, ações e contribuições sociais.
6	Outros indicadores (Alunos)
7	Indicadores Sobre o corpo Funcional
8	Qualificação do corpo Funcional
9	Informações sobre ética e responsabilidade social

Fonte: IBASE, 2007.

Assim, o modelo desenvolvido pelo instituto IBASE, é considerado como sendo o primeiro modelo de balanço social desenvolvido no Brasil. Importante enfatizar sua objetividade e simplicidade, sendo, portanto, um relatório de fácil entendimento e utilização. Trata-se de um modelo completo, que foi desenvolvido em 2007 e foi adaptado durante os anos seguintes, trazendo as seguintes informações:

**Quadro 5 – Informações que compõem o modelo IBASE**

Base de cálculo	Receita Líquida (RL); Resultado Operacional (RO); e Folha de Pagamento Bruta (FPB).
Indicadores Sociais Internos	Alimentação; Encargos sociais compulsórios; Previdência privada; Saúde; Segurança e medicina no trabalho; Educação; Cultura; Capacitação e desenvolvimento profissional; Creches ou auxílio-creche; Participação nos lucros ou resultados; e outros.
Indicadores Sociais Externos	Educação; Cultura; Saúde e saneamento; Esporte; Combate à fome e segurança alimentar; Outros; e Tributos (excluídos encargos sociais).
Indicadores Ambientais	Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa; Investimentos em programas e/ou projetos externos.
Indicadores de Corpo Funcional	Nº de empregados (as) ao final do período; Nº de admissões durante o período; Nº de empregados (as) terceirizados (as); Nº de estagiários (as); Nº de empregados (as) acima de 45 anos; Nº de mulheres que trabalham na empresa; % de cargos de chefia ocupados por mulheres; Nº de negros (as) que trabalham na empresa; % de cargos de chefia ocupados por negros (as); Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais.
Informações Relevantes	Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa; Número total de acidentes de trabalho; entre outros.

Fonte: IBASE, 2007.

Além disso, existe outro modelo, denominado Modelo de Balanço Social Ethos, que de acordo com o Instituto Ethos (2007, p. 08), o instrumento é caracterizado como: “um relato detalhado dos princípios e a das ações da organização incorpora planilha proposta pelo IBASE, sugerindo um detalhamento do contexto da tomada de decisões dos problemas encontrados e dos resultados obtidos”.

O instituto Ethos (2007) defende que os balanços sociais devem possuir credibilidade e consistência, sendo comparados aos balanços financeiros. Além disso, é necessário que o balanço também contenha as seguintes características: relevância, veracidade, clareza, comparabilidade, regularidade e verificabilidade.

Ainda sobre as características do modelo Ethos, Pinto (2003, p. 111) complementa que a finalidade deste modelo:

Compreender e incorporar de forma progressiva o conceito do comportamento empresarial socialmente responsável. Implementar Políticas e práticas que atendam critérios éticos, contribuindo para alcançar sucesso econômico sustentável a longo prazo. Assumir suas responsabilidades com todos aqueles que são envolvidos por suas atividades. Demonstrar aos seus acionistas a relevância de um comportamento socialmente responsável para um retorno a longo prazo de seus investimentos. Identificar formas inovadoras e eficazes de atuar em parceria com as comunidades na construção do bem estar comum; Prosperar contribuindo para um desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável.

O modelo Ethos foi criado no ano de 1988, e, desde então, o Instituto Ethos participa de debates sobre o balanço social como instrumento de gestão de práticas empresariais socialmente responsáveis.

Assim, desde 2001 publica anualmente o ‘Guia de elaboração de relatório e balanço anual de responsabilidade social empresarial’, uma importante ferramenta que traz orientações às empresas que estão interessadas na promoção de um autodiagnostico de sua postura ética e seu grau de responsabilidade social (INSTITUTO ETHOS, 2007).

**Quadro 6 – Modelos de balanços sociais**

<b>Modelo</b>	<b>Estrutura e informações propostas</b>
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)	Tem como objetivo central apresentar à sociedade em geral as ações organizacionais que são classificadas como socialmente responsáveis. Consiste num conjunto de indicadores sociais, ambientais, e outras ações empresariais que demonstram comprometimento com os deveres para com a comunidade. É um modelo simples e objetivo para que a divulgação possa ser realizada em qualquer contexto devido a sua fácil compreensão
Instituto Ethos	O modelo é inspirado no formato dos balanços financeiros. Expõem, de maneira detalhada, os números associados à responsabilidade social da organização. Em forma de planilha reúne informações sobre a folha de pagamentos, os gastos com encargos sociais de funcionários, a participação nos lucros. Também detalha as despesas com controle ambiental e cultura, saúde, etc.
<i>Global Reporting Initiative (GRI)</i>	O GRI é mais frequentemente utilizado no exterior, sendo um de seus principais valores a transparência. Ou seja, sugere-se que os dados informados possuam total veracidade, sendo esse o principal aspecto relacionado a responsabilidade social. Além disso, o GRI também divulga indicadores direcionados à sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Fonte: Adaptado pela autora, 2019.

Para Silva e Krauter (2013), nos últimos anos se observa uma diminuição no uso do modelo do IBASE para a realização de balanços sociais, sendo que algumas empresas passaram a adotar o modelo do GRI, considerando que se trata de um documento reconhecido internacionalmente, além de ser mais abrangente.

Diante do quadro acima, pode-se observar que os três modelos de balanço social que foram apresentados possuem grande semelhança, distinguindo-se apenas na maneira pela qual são apresentadas as informações, sem qualquer interferência na sua qualidade.

Por sua vez, se faz necessário estudar os Projetos de Lei na esfera federal, tanto os que já tramitaram quanto os que se encontram em tramitação, refletindo, ainda, sobre sua importância para o balanço social.

### 3.3 PROJETOS DE LEI – ESFERA FEDERAL

A Lei nº 6.404/76 traz a obrigatoriedade do balanço social para as empresas que possuem acionistas (independente do regime tributário adotado). Assim, suas demonstrações contábeis representam a performance financeira e econômica de uma empresa. Geralmente, tal documento utiliza como base um período de exercício de 12 meses, boa parte das demonstrações são (ou deveriam ser) acompanhadas mensalmente.

No ano de 1997, a Deputada Federal Martha Suplicy apresentou o Projeto de Lei nº 3.116/1997, que criava a obrigatoriedade do Balanço Social para as empresas e foi arquivado em 1999. No ano de 2003, os Deputados César Medeiros e Luciano Zica apresentaram e encaminharam o Projeto de Lei nº 1.254/2003, que dispõe sobre as auditorias ambientais e a contabilidade dos passivos e ativos ambientais, e cuja função era de determinar às empresas a obrigação de contabilizar passivos e ativos ambientais, tendo sido arquivado em 2011.

O arquivamento destes projetos deu-se fundamentando-se a partir de que houve entendimento precipitado de que tais propostas gerariam mais custos para as empresas do que benefícios, especialmente na necessidade de contratação de auditorias autônomas para fiscalizar as próprias empresas, nos termos do artigo 105, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Deste modo, verificando-se a ausência de lei específica que trate sobre a obrigatoriedade do balanço social, resta que as empresas observem às normas internacionais, além dos princípios constitucionais ambientais, bem como das regras administrativas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ademais, esta pesquisa apresenta a análise de balanços sociais de algumas empresas renomadas no Brasil, para fazer um breve comparativo entre os modelos utilizados, conforme explana o próximo tópico.

### 3.4 ANÁLISE DE BALANÇOS SOCIAIS

Sobre a análise de balanços sociais, Kroetz (2000) explana que são poucos os estudos que divulgam propostas de análise. O autor justifica tal entendimento devido ao fato de que não existe uma estrutura ou metodologia básica para a elaboração deste demonstrativo, o que dificulta o desenvolvimento do processo.

Entretanto, é possível realizar a comparação e análise de dados qualitativos, índices, valores monetários e demais informações, com base na análise contábil tradicional aliada à criatividade e ao interesse do analista.

Além disso, de acordo com Kroetz (2000), é possível preparar inúmeros indicadores e interpretações que se baseiam no balanço social, seja comparando balanços de exercícios diferentes ou correlacionando dados da própria demonstração (por exemplo, o número de empregados com a média salarial).

Neste sentido, a pesquisa visa analisar alguns balanços sociais publicados por empresas que se preocupam com sua responsabilidade social no Brasil, de modo a entender melhor sobre o critério de utilização dos indicadores, demonstrando, assim, sua importância perante a sociedade.

Dentre os parâmetros utilizados para a análise destes balanços sociais, observa-se que se pretende, principalmente, demonstrar a preocupação das empresas com o meio ambiente, com seus funcionários, o investimento em projetos sociais e questões referentes à sustentabilidade.

#### 3.4.1 Natura

A Natura é uma multinacional brasileira do ramo de cosméticos, que completa cinquenta anos de existência neste ano. É uma empresa que desde a sua fundação, demonstra preocupação com a fabricação de seus produtos, buscando certificações e ampliação da consciência ambiental de seus consumidores.

Para a Natura, impacto social positivo significa promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de toda a nossa rede de relações, fomentando a educação, a diversidade, o trabalho e a geração de renda. Acreditamos ser capazes de gerar impacto social positivo por meio de nosso próprio modelo de negócio e de nossa busca por soluções inovadoras, colaborativas e exponenciais para os desafios da rede de relacionamentos da companhia. Tudo em linha com o objetivo principal de contribuir para o desenvolvimento humano e social e para a construção de uma sociedade mais democrática e sustentável (NATURA, 2018, p. 53).

A empresa busca o equilíbrio entre aspectos financeiros e socioambientais em seu negócio, tornando-se a primeira companhia de capital aberto do mundo a conquistar a certificação como Empresa B, em 2014 – três anos depois, receberam

a recertificação. Por sua vez, no ano de 2018, a Natura foi eleita a 14ª empresa mais sustentável do mundo (Natura, 2018).

A Natura, portanto, trata-se de uma empresa que preza pelo compromisso de desenvolver produtos que expressem valores e práticas sustentáveis, por isso, reunimos, em um documento, metas a médio e a longo prazo (NATURA, 2020).

Sobre o seu balanço social, ressalta que utiliza como modelo o balanço social GRI, conforme os indicadores apontam nas tabelas a seguir:

**Tabela 1 – Principais indicadores**

Valor econômico direto gerado (R\$ milhões) <sup>1</sup> GRI 201-1			
Valor econômico direto gerado (R\$ milhões) <sup>2</sup>	2016	2017	2018
Receitas totais brutas	Não disponível	13.824	19.131
Valor econômico distribuído (R\$ milhões) <sup>2</sup>	2016	2017	2018
Custos operacionais	Não disponível	4.673	5.019
Salários e benefícios de colaboradores	Não disponível	1.836	2.813
Lucro distribuído <sup>3</sup>	Não disponível	670	548
Pagamentos aos fornecedores	Não disponível	3.116	4.712
Pagamentos ao governo	Não disponível	1.994	2.414
Pagamentos a credores	Não disponível	1.040	2.093
Investimentos na comunidade <sup>4</sup>	Não disponível	295	330
Total	Não disponível	13.824	19.131
Valor econômico retido (R\$ milhões) <sup>2</sup>	2016	2017	2018
"Valor econômico direto gerado" menos "Valor econômico distribuído"	Não disponível	0	0
Outros indicadores econômicos	2016	2017	2018
Receita líquida consolidada	7.912,7	9.857,42	13.397,42
Ebitda consolidado	1.256,5	1.786,74	1.846,19
Lucro líquido consolidado	308	724,18	548,38
Geração interna de caixa	470	617	469,24
Volume médio diário negociado de ações <sup>5</sup>	39	46	59

Fonte: Natura, 2018.

Pode-se observar que os principais indicadores da empresa demonstram que houve aumento no salário e benefícios aos colaboradores, considerando que no ano de 2016 era de R\$1,8 milhão, tendo aumentado para R\$ 2,8 milhões. Além disso, também se faz necessário observar os indicadores ambientais, conforme apresenta a tabela a seguir:

**Tabela 2 – Indicadores ambientais**

Indicadores ambientais	2016	2017	2018
Emissão relativa de gases GEE (kg CO <sub>2</sub> e/kg produto faturado) <sup>1,2</sup>	3,17	3,20	3,14
Emissões GEE na cadeia de valor (tCO <sub>2</sub> e) <sup>2</sup>	303.424	308.048	333.183
Consumo de água - Brasil (l/unidade produzida)	0,53	0,53	0,52
% material reciclado pós-consumo em embalagem de produto acabado - Brasil	4,3	4,6	5,4
% embalagens ecoeficientes - Brasil <sup>3</sup>	20	21	22
Índice de vegetalização das fórmulas (% sobre total da massa)	83%	81%	81%
Matérias-primas de origem pan-amazônica (% em relação a R\$ milhões)	19,1%	18,1%	17,8%

Fonte: Natura, 2018.

Acerca dos indicadores ambientais, observa-se que a Natura tem diminuído a emissão relativa de fases de Gases de Efeito Estufa - GEE, tendo caído de 3,20 em 2017 para 3,14 em 2018. Além disso, o consumo de água mantém-se praticamente o mesmo desde 2016 até 2018, mantendo-se na casa do 0,53 nos primeiros anos, e tendo caído para 0,52 em 2018. A empresa ainda utiliza embalagens ecoeficientes, e matérias-primas de origem pan-amazônica.

**Tabela 3 – Indicadores Sociais**

Indicadores sociais	2016	2017	2018
Arrecadação Crer Para Ver (R\$ milhões) <sup>1</sup>	38,2	35,7	44,2
Famílias beneficiadas nas comunidades fornecedoras na Pan-Amazônia	2.119	4.294	4.636

1. Inclui os valores arrecadados no Brasil e nas operações da América Latina.

Valor econômico distribuído (%) <sup>1</sup>	2016	2017	2018
Custos operacionais	Não disponível	34,51	29,37
Salários e benefícios de colaboradores	Não disponível	13,02	14,71
Pagamento a provedores de capital	Não disponível	4,75	2,87
Pagamentos ao governo	Não disponível	24,6	24,63
Pagamentos a credores	Não disponível	14,18	12,62
Investimentos na comunidade	Não disponível	7,38	14,08
Total	Não disponível	97,91	98,28

Fonte: Natura, 2018.

Os indicadores sociais possibilitam compreender que a Natura tem preocupação com as famílias que residem nas comunidades que fornecem as

matérias-primas de alguns produtos na Pan-Amazônia, tendo em vista que passou de 2.119 famílias em 2016 para 4.636 famílias em 2018.

Por meio dos dados expostos acima, pode-se verificar que a empresa, ao divulgar seus indicadores econômicos, observa-se um aumento no investimento na comunidade com o passar dos anos. Além disso, no que tange aos indicadores de recursos humanos, observa-se que também houve preocupação referente ao salário de seus colaboradores. No que diz respeito à emissão de gases, é importante destacar que a empresa manteve o mesmo índice, não apresentando aumentos nos impactos ambientais.

Por fim, a utilização de embalagens sustentáveis está aumentando, bem como, no quesito de indicadores sociais, demonstrando que dobrou o valor do investimento na comunidade, demonstrando, assim, a preocupação e atuação social da empresa.

#### 3.4.2 Bradesco

O Banco Bradesco trata-se de uma instituição privada, fundada no ano de 1943, com algumas características, como por exemplo, tendo sido o primeiro banco que colocou os gerentes para atendimento ao público; lançou a primeira conta corrente popular e juvenil; e começou a sua expansão no país inicialmente pelo Estado do Paraná.

O Banco Bradesco, consciente de seu papel na sociedade e com o objetivo de maximizar seu desempenho social, reafirma seu compromisso de melhoria contínua e a busca da excelência por meio do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social Corporativa, que abrange toda a estrutura gerencial e processos requeridos (BRADESCO, 2017).

O desempenho econômico-financeiro do Banco Bradesco fundamenta-se a partir de um processo de tomada de decisão dos administradores, considerando a geração de resultados sustentáveis no longo prazo, com a melhor relação entre risco e retorno (BRADESCO, 2020).

No ano de 2017, o Bradesco divulgou o Relatório Integrado, no qual constam diversas de suas políticas internas e externas. Por meio deste documento, pode-se visualizar que a empresa busca inserir a sustentabilidade em seus negócios, visando

o aumento da sua capacidade de prosperar no longo prazo diante de um ambiente competitivo e dinâmico.

Deste modo, observam-se os indicadores sociais e ambientais divulgados pelo balanço social do Banco Bradesco do ano de 2016:

**Tabela 4 – Indicadores sociais**

1 - Base de Cálculo <sup>(1)</sup>	2016 - R\$ Mil			2015 - R\$ Mil		
Receita líquida (RL) <sup>(2)</sup>	53.337.707			27.144.135		
Resultado operacional (RO)	27.980.773			9.625.427		
Folha de pagamento bruta (FPB)	17.271.076			14.328.559		
<b>2 - Indicadores Sociais Internos <sup>(1)</sup></b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Alimentação	1.531.512	8,9	2,9	1.272.049	8,9	4,7
Encargos sociais compulsórios	2.891.467	16,7	5,4	2.433.394	17,0	9,0
Previdência privada	584.438	3,4	1,1	606.342	4,2	2,2
Saúde	1.156.321	6,7	2,2	841.919	5,9	3,1
Segurança e medicina no trabalho	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	24.517	0,1	-	24.960	0,2	0,1
Capacitação e desenvolvimento profissional	165.940	1,0	0,3	135.336	0,9	0,5
Creches e auxílio creche	130.246	0,8	0,2	98.968	0,7	0,4
Participação nos lucros ou resultados	1.467.868	8,5	2,8	1.318.839	9,2	4,9
Outros	233.741	1,3	0,4	183.943	1,3	0,6
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>8.186.050</b>	<b>47,4</b>	<b>15,3</b>	<b>6.915.750</b>	<b>48,3</b>	<b>25,5</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos <sup>(2)</sup></b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Educação	24.430	0,1	-	63.849	0,7	0,2
Cultura	109.307	0,4	0,2	127.693	1,3	0,5
Saúde e saneamento	32.686	0,1	0,1	53.384	0,6	0,2
Esporte	131.944	0,5	0,2	105.513	1,1	0,4
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Outros	18.502	0,1	-	29.948	0,3	0,1
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>316.869</b>	<b>1,1</b>	<b>0,6</b>	<b>380.387</b>	<b>4,0</b>	<b>1,4</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	15.528.676	55,5	29,1	10.928.518	113,5	40,3
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>15.845.545</b>	<b>56,6</b>	<b>29,7</b>	<b>11.308.905</b>	<b>117,5</b>	<b>41,7</b>

Fonte: Bradesco, 2016

Por meio da divulgação dos indicadores sociais externos do Banco Bradesco, é possível perceber que, considerando os anos de 2015 e 2016, houve diminuição no investimento em educação, saúde e cultura. No entanto, o investimento no esporte teve um aumento de R\$ 105.513,00 mil para R\$ 131.944,00 mil.

Na soma dos valores dos indicadores internos e externos subiu de R\$ 11.308.955,00 para R\$ 15.845.545,00. Sobre os indicadores ambientais, observam-se os seguintes valores:

Tabela 5 – Indicadores ambientais e do corpo funcional

4 - Indicadores Ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	-	-	-	-	-	-
Investimentos em programas e/ou projetos externos	15.560	0,1	-	18.066	0,2	0,1
Total dos investimentos em meio ambiente	15.560	0,1	-	18.066	0,2	0,1
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos e o consumo em geral na produção/ operação, bem como aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2016 - R\$ Mil		2015 - R\$ Mil			
Nº de empregados(as) ao final do período	108.793		92.861			
Nº de admissões durante o período	2.753		5.396			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	14.908		11.858			
Nº de estagiários(as)	1.794		1.365			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	21.564		16.269			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	55.965		46.745			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	50,1%		48,9%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	25.129		22.586			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	20,4%		21,6%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	3.255		2.092			

Fonte: Bradesco, 2016

Por sua vez, podem ser observados grandes avanços no ano de 2017, tendo em vista que características como governança corporativa, a conduta ética e a visão de longo prazo são protagonistas na forma com que a organização é conduzida.

Tabela 6 – Informações relevantes

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empres	2016 - R\$ Mil			Metas - 2017		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23,0			N/A		
Número total de acidentes de trabalho	398			Conscientização do quadro de funcionários para evitar os acidentes de trabalho		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	21.07 na empresa e 10.983 no Procon	na Justiça: 270.435		Preparar e conscientizar nossos colaboradores e com isso reduzir o número de reclamações		
% de reclamações e críticas tratadas/solucionadas:	na Empresa e no Procon: 100%	na Justiça: 95,48		na Empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil) <sup>(1)</sup> :	2016 - R\$ Mil 51.801.607			2015 - R\$ Mil 29.142.375		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	39,3% Governo 16,9% Retido 2,0% Terceiros	29,3% Funcionários 13,5% Acionistas		-6,4% Governo 38,7% Retido 3,1% Terceiros	42,9% Funcionários 20,7% Acionistas	
7 - Outras Informações	<p>(1) Para fins de comparabilidade os dados de 2016 foram reclassificados de acordo com as Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas. N/A - Não Aplicável.</p> <p>(2) Considera-se Receita Líquida (RL) o Resultado Bruto da Intermediação Financeira.</p> <p>(3) Os valores não incluem os recursos aplicados pela Fundação Bradesco (Um dos Controladores do Banco).</p> <p>(4) Percentual considera inclusive ações solucionadas de anos anteriores em relação as ações ajuizadas em 2016.</p>					

Fonte: Bradesco, 2016

As principais decisões e o acompanhamento da estratégia de sustentabilidade são conduzidos pelo Comitê de Sustentabilidade, que se reúne trimestralmente. Existe, ainda, uma Comissão de Sustentabilidade com executivos de diversas áreas

para auxiliar na execução de planos e acompanhamento projetos. Além dessas estruturas de governança, os diferentes Departamentos da Organização desenvolvem iniciativas visando os desafios e oportunidades socioambientais, bem como também consideram vários públicos de interesse (BRADESCO, 2017).

#### Compromissos voluntários

A complexidade do tema exige uma revisão e atualização permanente de nossas práticas. Por isso, em 2017, revisitamos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos e expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e das duas Convenções Internacionais que constituem a Declaração Internacional dos Direitos Humanos. Em 2017, mapeamos os riscos em direitos humanos das operações da Organização, o que nos ajudará na melhoria de nossos processos, negócios e relacionamentos com funcionários, clientes e fornecedores, tendo em vista o respeito e a promoção da diversidade, saúde e segurança do trabalho; do combate ao trabalho infantil e análogo ao escravo e de qualquer tipo de discriminação por gênero, raça, condição social, cultura, religião, orientação sexual e convicções políticas; combate ao assédio moral e sexual. (BRADESCO, 2017, s/p).

No que tange à Política Corporativa de Sustentabilidade, verifica-se a existência de diretrizes para as operações e negócios, com ênfase na conduta ética, gestão de riscos, engajamento de fornecedores e respeito às legislações, as quais contemplam amplamente os direitos humanos. Além disso, a Responsabilidade Social faz menção expressa à promoção do respeito aos direitos humanos no ambiente de trabalho e em todas as relações com o público interno e externo. O tema Direitos Humanos obtém relevância no Código de Conduta Ética, na Norma de Risco Socioambiental e na Política de Gerenciamento de Recursos Humanos da própria empresa.

#### **Direitos Humanos**

O tema é tratado na Organização e foi incorporado em diversas políticas e normas que estabelecem o compromisso com a proteção e defesa dos direitos humanos, dos direitos fundamentais do trabalho e dos direitos da criança e do adolescente.

A partir de 2017, 100% das operações que englobam a análise de risco socioambiental passaram a considerar aspectos de direitos humanos. No que diz respeito ao público interno, observa-se que o Bradesco (2017) possui um Sistema de Gestão de Responsabilidade Social Corporativa (SGRSC), que assegura o

compromisso com a defesa e proteção dos direitos humanos e direitos fundamentais do trabalho.

Em relação aos fornecedores, o tema é tratado na homologação das empresas, por meio da ferramenta *Request for Information* (RFI) e do *rating* socioambiental; na contratação através de cláusulas específicas; e ao longo da parceria com o RFI e o Programa Bradesco de Responsabilidade Socioambiental da Cadeia de Suprimentos (BRADESCO, 2017).

**Tabela 7 – Informações a respeito da carteira de monitoramento socioambiental de projetos**

PROJETOS		2015		2016		2017	
		Quantidade	Valor financiado (R\$ milhões)	Quantidade	Valor financiado (R\$ milhões)	Quantidade	Valor financiado (R\$ milhões)
Enquadrados em Princípios do Equador	A	12	3994	10	3994	10	3994
	B	20	1348	16	1626	16	1980
	C	13	2077	8	2319	7	1973
Não enquadrados em Princípios do Equador		142	7319	136	8592	96	6266
<b>Total</b>		<b>187</b>	<b>14738</b>	<b>170</b>	<b>16531</b>	<b>129</b>	<b>14214</b>

Fonte: Bradesco, 2017.

Os princípios do equador, de acordo com a *International Finance Corporation* (2005), são um conjunto de exigências socioambientais que podem ser utilizadas na concessão de financiamento de grandes projetos, e que estão amparadas por cláusulas financeiras que limitam a sua aplicação à um montante financeiro mínimo.

Assim, vale ressaltar que os princípios do equador são considerados principais fatores responsáveis pelo impulso tomado nos últimos anos, haja vista a introdução da variável ambiental no crédito no Brasil. No mesmo sentido, afirma-se que tais princípios têm potencial na promoção da melhoria da gestão do risco ambiental entre os bancos (TOSINI, 2005).

De acordo com Ventura (2005), observa-se que os princípios do equador podem ser considerados provas da institucionalização da responsabilidade socioambiental no setor financeiro brasileiro, o que, de fato, contribui para a melhoria da gestão socioambiental do crédito.

Além dos projetos desenvolvidos nos mais diversos setores, conforme demonstrado pela Tabela 8, o setor financeiro do Bradesco também desempenha um papel importante, tendo em vista que se encontra em transição para uma economia verde e de baixo carbono, seja por meio do direcionamento de recursos ou pela incorporação de critérios mais rigorosos de gestão de risco (BRADESCO, 2017).

**Tabela 8 – Carteira de projetos em monitoramento por setor/região**

Setores	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste		Total	
	nº	R\$ (em milhões)	nº	R\$ (em milhões)	nº	R\$ (em milhões)						
Energia	4	1.651	4	603	11	666	1	315	8	715	28	3.969
Imobiliário	1	77	13	453	44	4.160	8	432	3	119	69	5.241
Infraestrutura	1	20	0	0	7	3.348	0	0	0	0	8	3.368
Mineração	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0	1	100
Óleo e gás	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	4	320	4	254	11	595	3	311	1	0	23	1.537
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>2.068</b>	<b>22</b>	<b>1.410</b>	<b>73</b>	<b>8.769</b>	<b>12</b>	<b>1.058</b>	<b>12</b>	<b>833</b>	<b>129</b>	<b>14.214</b>

Fonte: Bradesco, 2017.

No ano de 2017, houve um relevante avanço nos estudos sobre a Mensuração de recursos financeiros alocados na Economia Verde, Financiamento da Recomposição Florestal, Gestão do risco de desmatamento, desenvolvidos pela Febraban. São trabalhos que contribuem para a identificação de oportunidades de negócios e na gestão do risco socioambiental, além de gerar subsídios para dialogar com governos a fim de incentivar a criação de políticas públicas para transição rumo à economia verde (BRADESCO, 2017).

No que diz respeito à política de sustentabilidade, as diretrizes da Política Corporativa de Sustentabilidade do Bradesco objetivam a promoção da perenidade das operações e negócios com responsabilidade socioambiental, em consonância com a Resolução nº 4.327 do Banco Central do Brasil (BRADESCO, 2017).

Importante destacar que o conjunto de diretrizes e procedimentos que integram a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Bradesco (2017) proporciona diversos avanços, conforme as informações exemplificadas acima.

Pode-se afirmar que é evidente que o Bradesco caminha na direção de uma nova economia, que se alinha aos desafios de desenvolvimento da organização. Assim, a empresa busca incorporar aspectos sociais e ambientais na gestão de riscos e de oportunidades para garantir resultados positivos e gerar valor compartilhado.

### 3.4.3 Itaú Unibanco Holding S.A.

O Itaú é um dos maiores bancos do Brasil, tendo sido fundado a partir do Banco Central de Crédito S.A. em 30 de dezembro de 1943. Porém, há 10 anos, o Banco Itaú passou por uma fusão com o Banco Unibanco, transformando-se em uma organização cujas propostas são de melhorias contínuas, tanto no atendimento, quanto em aspectos como a responsabilidade social da empresa.

A organização, no entanto, tem por objetivo criar valor de maneira consistente, por meio de uma boa gestão de risco, visando manter a rentabilidade sustentável, de modo a se aumentar continuamente a eficiência das operações, identificando oportunidades para reduzir custos, gerenciar investimentos para ganhar agilidade, além de fazer uma gestão eficiente da alocação de capital através do adequado custo de capital (ITAÚ, 2018).

**Figura 3 – Gestão do Itaú**



Fonte: Itaú, 2018

De acordo com a Figura 3, pode-se observar que a gestão do Itaú comporta-se de duas formas: visando a transformação de alguns aspectos, por exemplo, na gestão de pessoas, valorizando seus colaboradores; investindo em tecnologia para buscar a transformação digital, sempre de modo a garantir a satisfação de seus clientes. Por outro lado, o banco busca melhoria contínua, tendo em vista que investe em rentabilidade sustentável, gestão de risco e internacionalização. Desta forma, pode-se destacar que a rentabilidade sustentável é uma melhoria continuamente imposta pelo Itaú Unibanco, considerando que o Banco investe em outros setores além do seu ramo principal.

Assim foi criado o Instituto Unibanco (em 1982), o Instituto Itaú Cultural (em 1987) e a Fundação Itaú Social (em 1993), todos estes projetos foram idealizados para canalizar os esforços feitos pelo Banco no âmbito social pela melhoria do País em diversos aspectos (ITAÚ, 2018).

Dentre as ações realizadas pelo Itaú Unibanco no ano de 2018, com o intuito de apoiar agendas de transformação social, destaca-se o modelo de investimento social privado, no qual foram realizados aportes de recursos para apoio de iniciativas e projetos alinhados às causas institucionais da empresa.

Tabela 9 – Patrocínios

	Valor (R\$ milhões)	Números de Projetos	Valor (R\$ milhões)	Números de Projetos	Total (R\$ milhões)
<b>Patrocínio</b>					
<b>Não incentivado<sup>(1)</sup></b>	<b>485,1</b>	<b>1.086</b>	<b>33,1</b>	<b>125</b>	<b>518,3</b>
Educação	266,6	501	4,9	45	
Esporte	4,9	4	0,7	2	
Cultura	105,9	240	13,1	43	
Mobilidade Urbana	64,3	45	10,5	3	
Diversidade	7,6	44	-	-	
Inovação e Empreendedorismo	24,5	183	0,6	11	
Desenv. e Participação Local	11,4	69	3,4	21	
<b>Incentivado<sup>(2)</sup></b>	<b>109,1</b>	<b>216</b>	<b>36,8</b>	<b>11</b>	<b>112,7</b>
Cultura	51,6	83	2,7	1	
Esporte	12,4	24	-	-	
Educação	12,4	58	0,9	10	
Saúde	20,3	35	-	-	
Idoso	12,3	16	-	-	
<b>Total</b>	<b>594,2</b>	<b>1.302</b>	<b>36,8</b>	<b>136</b>	<b>631,0</b>

Fonte: Itaú, 2018

Conforme demonstra a tabela acima, verifica-se que todos os investimentos sociais foram dimensionados para a melhoria de áreas como: educação, cultura, esporte, mobilidade urbana, saúde e envelhecimento. Em 2018, houve investimento de R\$631,0 milhões em projetos, sendo que 82,1% foram por meio de doações e patrocínios realizados pelo próprio Itaú Unibanco e 17,9% foram por meio de verbas incentivadas por leis que visam contribuição de projetos que estão voltados a educação, saúde, cultura, esporte e mobilidade.

Pode-se afirmar que, por meio da análise do balanço social do Itaú, a empresa visa divulgar algumas informações de patrimônio e investimentos, além de informações relevantes aos acionistas, não possuindo, assim, uma ampla gama de indicadores a serem analisados.

#### 3.4.4 Banco do Brasil

O Banco do Brasil é um dos cinco bancos estatais brasileiros. Foi fundado no ano de 1808, e, atualmente, considera-se o maior banco da América Latina. Isto

acarreta, portanto, em uma instituição que possui muita responsabilidade socioambiental perante a sociedade.

Nestes termos, o Banco do Brasil demonstra sua responsabilidade por meio do registro do comprometimento contratual dos fornecedores, englobando práticas de preservação ambiental e desenvolvimento social, bem como com o cumprimento de legislações trabalhistas e previdenciárias (BB, 2018). Assim, o quadro abaixo demonstra alguns dados da atuação do Banco do Brasil no ano de 2018:

**Quadro 7 – Atuação do BB**

1,5% de redução do consumo total de água em 2018	1.848 unidades com o Programa Coleta Seletiva Implementado
1,8% de redução do consumo total de energia elétrica em 2018	Redução de 259 toneladas de papel com a estratégia de transformação digital
102 mil cartuchos recondicionados (o que corresponde a 99% do total utilizado em 2018), o que proporcionou economia de R\$54,5 milhões.	Para o Índice Pegada Ecológica (IPE), no primeiro semestre de 2018, 50,1% (2.718) das unidades avaliadas atingiram a meta estabelecida. Já no segundo semestre, 46,1% (2.488 unidades) alcançaram o indicador.

Fonte: Adaptado do BB, 2018

Pode-se observar que a empresa possui preocupação na diminuição do consumo de água e energia, além de utilizar materiais recondicionados, diminuir o uso de papel, e implementar programa de coleta seletiva.

O BB (2018) apresenta sua Política de Responsabilidade Socioambiental integrada com o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), seguindo as especificações da Norma Brasileira ABNT NBR ISO 14.001, de 2015, quanto à definição de objetivos, premissas, requisitos, responsabilidades, programas e iniciativas para a adoção de diretrizes relacionadas ao tema.

Assim, a empresa foi certificada no ano pela Norma Internacional ISO 14.001 – as ações de controle dos impactos ambientais são organizadas e acompanhadas. Sistemáticamente, são coordenados os esforços para a melhoria contínua do desempenho, tendo como foco a ecoeficiência, de forma a minimizar o consumo de recursos naturais, a geração de resíduos e as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) (BB, 2018).

Dentre as premissas apresentadas pelo BB (2018), observa-se que constam: Aprimorar continuamente o SGA; Reconhecer e considerar as expectativas e prioridades das partes interessadas na gestão ambiental; Disseminar conceitos e práticas para o consumo eficiente de recursos naturais e prevenir a poluição, buscando engajamento e fortalecimento da cultura em Responsabilidade Socioambiental (RSA); e Capacitar os públicos de relacionamento interno e externo visando aprimorar competências em gestão ambiental. Neste sentido, é válido ponderar uma comparação de 2016 a 2018 no que tange ao consumo de energia e água em toda a organização, conforme demonstra a tabela 10:

**Tabela 10 – Consumo de energia e água**

<b>Consumo de Energia (comparativo)</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>Meta para 2019</b>
Consumo de Energia (GWh)	704	609	598	-2% em relação ao consumo de 2018
Total de Despesas (R\$ milhões)	480	444	458	

<b>Consumo de Água (comparativo)</b>				
Consumo de Água <sup>(1)</sup> (mil m <sup>3</sup> )	1.565	1.405	1.383	-1% em relação ao volume consumido em 2018
Total de Despesas (R\$ milhões)	32,2	33,0	31,9	

(1) Valor estimado. Não se utiliza água reciclada nas unidades. O fornecimento de água se dá pelas concessionárias.

Fonte: BB, 2018

Pode-se afirmar que foram desenvolvidas diversas ações no ano de 2018 visando otimizar o consumo e as despesas de energia elétrica, entre as quais destacam-se: Geração Distribuída (GD), cuja primeira usina solar está prevista para ser inaugurada em junho de 2019 em Januária (MG), que compensará o fornecimento de energia em 88 unidades em Minas Gerais. Um estudo de expansão está sendo conduzido para mais 100 unidades no mesmo estado, com estimativa de redução de 45% nas despesas de energia; Continuidade no programa de substituição de lâmpadas LED: foram instaladas no ano cerca de 600 mil unidades,

o que possibilitou a queda do consumo de energia nas instalações envolvidas; Campanha de Conscientização do Consumo de Água e Energia; Gestão Automatizada de Energia Elétrica: a gestão das faturas e do consumo energético nas unidades nos leva a prever redução de mais de R\$ 6 milhões nos custos com o insumo, assim como a ampliação da eficiência operacional e a melhoria dos indicadores de consumo; e Modernização do sistema de ar condicionado em cerca de 300 unidades (BB, 2018).

**Tabela 11 – Iniciativas para reduzir consumo de energia**

Iniciativas/Projetos para Reduzir o Consumo de Eletricidade	Estimativa do Consumo de Eletricidade Evitado		Estimativa de Gasto Evitado com Compra de Energia (R\$ milhões)
	(GWh)	(GJ)	
Substituição de Lâmpadas Fluorescentes por LED	9,048	32.572,80	6,925
Modernização do Ar-Condicionado de 300 Unidades	1,064	3.830,40	0,814
Campanha do Uso Responsável de Energia	0,532	1.915,20	0,407
<b>Total</b>	<b>10,644</b>	<b>38.318,40</b>	<b>8,146</b>

Fonte: BB, 2018

Já, com relação ao consumo de água, o BB (2018) também adota parâmetros regionalizados de consumo eficiente, considerando que esta gestão ocorre através do Purágua, que visa estabelecer ações para as unidades que apresentem consumo de água acima das metas estabelecidas. Nesse sentido, o BB (2018) preza pela realização de vistorias periódicas nas instalações hidráulicas, visando a detecção das causas do consumo elevado, além da adoção de indicadores regionalizados de consumo eficiente de água com os seguintes valores:

**Tabela 12 – Consumo de água (litros/pessoa/dia)**

Parâmetros Regionalizados de Consumo de Água			
Região	2016	2017	2018
Norte	64	64	64
Nordeste	63	63	64
Centro-Oeste	58	58	58
Sudeste	53	53	53
Sul	48	48	48

Fonte: BB, 2018

Dentre todas as informações do Banco do Brasil apresentadas pelo Relatório Anual de 2018, pode-se afirmar que o balanço social auxilia, e muito, na divulgação de todas as preocupações socioambientais que a empresa possui, podendo classifica-la, desta forma, como uma empresa que se preocupa com sua responsabilidade social.

Por meio de todas as informações apresentadas pelos tópicos anteriores, pode-se afirmar que todas as empresas estudadas demonstram grande preocupação principalmente com a divulgação adequada de seus indicadores sociais e sustentáveis. Isso, pois, esta é uma preocupação atual dos consumidores em geral, e permite que a empresa esteja em uma posição positiva perante toda a sociedade.

Além disso, também são relevantes os indicadores de recursos humanos, que demonstram como a empresa se comporta perante sua equipe interna, como a remuneração e benefícios existentes. O investimento em áreas sociais também está presente na grande maioria dos balanços sociais da empresa, sendo um campo importante que merece destaque tendo em vista os benefícios que traz para toda a sociedade. Desta forma, observa-se, por meio do quadro 8, um comparativo entre os indicadores que as empresas apresentam em comum.

**Quadro 8 – Indicadores em comum entre as empresas**

<b>Indicadores</b>	<b>Empresa</b>	<b>Forma</b>
Indicadores Sociais	Natura	Projetos Externos
	Bradesco	Projetos externos (Educação, cultura, saúde, esporte, entre outros) Projetos Internos (Alimentação, encargos sociais, capacitação de seus funcionários, entre outros).
	Itaú Unibanco Holding SA	Divulgação de Patrocínios
Indicadores Sustentáveis	Natura	Emissão GEE Consumo de Água Material reciclado Embalagens ecoeficientes Matéria-prima pan amazônica
	Bradesco	Investimento em produção, programas externos em meio ambiente
	Banco do Brasil	Diminuição de consumo de água e energia, utilização de papéis e cartuchos.
	Itaú Unibanco Holding SA	Rentabilidade sustentável
Indicadores de RH	Natura	Divulgação de dados internos
	Bradesco	Exercício da cidadania

Elaboração própria.

Há que se considerar, ainda, que empresas com práticas cada vez mais sustentáveis, que são um importante ponto a ser considerado dentro da responsabilidade social de cada uma. Mesmo diante da não obrigatoriedade da divulgação do balanço social no Brasil, observa-se que muitas empresas optam pela divulgação desta importante ferramenta, que permite melhorar sua imagem perante toda a sociedade, por meio da divulgação de diversos indicadores. Por fim, pode-se afirmar que cada empresa opta por um tipo de ferramenta de divulgação de seu balanço social, que pode vir junto ou separado do relatório contábil anual.

### 3.5 PROPOSTA DE UM BALANÇO SOCIAL

Por meio de todo o exposto pela presente pesquisa, afirma-se que o Balanço Social trata de um demonstrativo que divulga um amplo conjunto de dados das

políticas sociais que a organização utiliza, além de também refletir no seu patrimônio.

Deste modo, diante das empresas estudadas por meio de seu balanço social, observa-se que ambas priorizam a divulgação de indicadores sociais, ambientais e outros indicadores que também se mostraram relevantes. Assim, a sociedade pode conhecer se a empresa, ao desenvolver suas atividades, se preocupa com questões sociais e ambientais, o que melhora sua imagem e sua marca perante toda a sociedade.

Deste modo, Kroetz (2000) destaca a importância do balanço social para qualquer pessoa que possua contato com a organização, ou seja, a sociedade em geral. As informações que ali constam são relevantes e de confiabilidade. Sem essa prática, a instituição não poderá apresentar êxito em programas de qualidade, quebra de preconceitos e transparência administrativa (KROETZ, 2000).

Diante da pesquisa desenvolvida, a sugestão de um modelo de balanço social deve conter especificamente um maior número de informações possíveis. Além disso, deve ser divulgado de maneira explicativa, de modo que demonstre toda consciência social da empresa, oferecendo subsídios aos acionistas para que possam multiplicar a responsabilidade social da empresa junto à sociedade. Também se faz necessário que seja publicada as demonstrações contábeis do exercício, apresentando, desta forma, todos os investimentos da organização, como por exemplo, valores destinados à área social, buscando inteirar seus clientes e a comunidade em geral, quanto à amplitude das ações sociais.

De acordo com o pensamento de Kroetz (2001), o balanço social deve possibilitar que sejam evidenciadas tanto influências favoráveis quanto as desfavoráveis, incluindo, assim, espaço para que sejam relatadas as ações de preservação ambiental, bem como, as multas ambientais, ações judiciais que possam existir no período, finalizando com as metas de prevenção para o próximo exercício.

Por isto, esta pesquisa explorou os exemplos de balanço social existentes, reunindo as principais informações ao sugerir uma proposta na qual constem as seguintes informações:

**Quadro 9 – Informações sobre o meio ambiente**

<b>Meio Ambiente</b>		
<b>Informações</b>	<b>Ano 2</b>	<b>Ano1</b>
Políticas para a Preservação dos Recursos Florestais e Hídricos		
Políticas para a Reciclagem de Rejeitos Industriais e Residenciais		
Produtos Recicláveis Recolhidos		
Prêmios Recebidos		
Multas Ambientais		
Ações Judiciais Provenientes de Causas Ambientais		
Consumo de Energia Elétrica (em KW)		
Consumo de Água (em litros)		
Consumo de Combustíveis (em litros)		
Implantação de Sistema Gestão Ambiental		
Desenvolvimento de Programas Ambientais		
Programas de Incentivo à Produção Orgânica		
Programas de Educação Ambiental		

Elaboração própria.

Os indicadores ambientais são importantes pois demonstram a conduta da empresa com relação ao meio ambiente. Inicialmente, a proposta é de se divulgar as políticas que a empresa possui para a preservação de recursos florestais e hídricos, bem como para reciclagem de rejeitos industriais e residenciais. Além disso, também informa sobre o recolhimento de produtos recicláveis, e possíveis prêmios sustentáveis que a empresa recebeu.

Por sua vez, no campo de multas ambientais, visa demonstrar se a empresa deixou de cumprir algum aspecto legal, além de possíveis ações judiciais oriundas de causas ambientais.

Neste setor, é importante que a empresa mantenha ou diminua os índices de consumo de água, combustível ou energia, apresente seu próprio sistema de gestão ambiental, ou ainda, desenvolva programas ambientais que visem em ações destinadas a monitorar, controlar e mitigar os impactos ambientais sobre o meio físico e socioeconômico.

Ou seja, observa-se que este bloco de indicadores tem por objetivo relatar as principais políticas, projetos e ações que são desenvolvidos pela organização no sentido da preservação, da reparação de danos ambientais e as metas para o próximo ano.

Por sua vez, no que tange à ética, transparência e responsabilidade social, a organização deve prezar pela divulgação dos seguintes itens:

**Quadro 10 – Ética, transparência e responsabilidade social**

<b>Ética, transparência e responsabilidade social</b>		
<b>Informações Relevantes</b>	<b>METAS</b>	
Relação entre a Maior e a Menor Remuneração	Ano 2	Ano 1
Processo de Admissão de Empregados(as)		
Observação de Critérios Éticos, de Responsabilidade Social e Ambiental, na Seleção de Parceiros e Prestadores de Serviços		
Participação de Empregado(a)s no Planejamento da Instituição		
Atuação da Comissão/Conselho de Ética		
Adesão ao Pacto Global e Direitos Humanos		

Elaboração própria.

Pode-se observar que os indicadores referentes à ética, transparência e responsabilidade social permitem colher informações sobre as remunerações da empresa, bem como, divulgar sobre os processos de admissão da empresa, além de apresentar os critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental; se no planejamento da instituição os empregados participam, demonstrando qual nível ocupam, ou se não há participação; dentre outros.

O tópico de Adesão ao Pacto Global e Direitos Humanos visa demonstrar se a empresa atua em conformidade com os princípios, visando sempre garantir o melhor ambiente de trabalho, com justiça e igualdade.

Além disso, divulga-se também o planejamento da instituição no que diz respeito à participação do empregado, demonstrando, assim, uma perspectiva futura da organização, utilizando como embasamento o quadro a seguir:

**Quadro 11 – Desenvolvimento de projetos futuros**

<b>POLÍTICAS FUTURAS DE IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL</b>
Implementação de nova política salarial
Novos investimentos em capacitação
Novos investimentos em proteção ambiental
Políticas de direitos sociais e acesso à cidadania
Políticas de geração de trabalho e renda
Políticas de incentivo à arte, cultura, esporte e educação, saúde
Outros

Elaboração própria.

É preciso, ainda, que se elabore um banco de dados no qual constem informações específicas, devidamente organizadas e com fácil visualização, para que se tenha um controle contínuo sobre os projetos desenvolvidos pela organização.

Neste indicador, é possível verificar que se devem divulgar informações como política salarial, investimentos em capacitação, investimentos em proteção ambiental, políticas de direitos sociais, geração de trabalho, e de incentivo à arte, cultura, esporte e educação. Assim, a organização demonstrará todas as informações relevantes sobre sua atuação e seus investimentos em políticas sociais.

Dados sobre público alvo, número de pessoas e entidades beneficiadas por cada projeto, os recursos investidos e resultados obtidos. Tais informações devem estar devidamente atualizadas, para servir como base para a própria manutenção da responsabilidade social, o desenvolvimento de novos projetos e como fonte para a elaboração do Balanço Social.

A não obrigatoriedade de divulgar o balanço social, bem como, a não existência de um modelo padrão a ser seguido, facilita para que as empresas que não se interessem pela sociedade, ou não apresentem responsabilidade social continue isentas de iniciativas em benefício da sociedade. Juntamente com esta proposta de balanço social, se faz necessário refletir sobre o grande avanço que uma legislação mais rígida poderia trazer, contribuindo para que as empresas se preocupem mais com as questões sociais e que, de fato, realizem benefícios em prol da sociedade.

**Quadro 12 – Modelo Balanço Social Sugerido**

<b>Indicadores de Meio Ambiente</b>		
<b>Informações relevantes</b>	<b>Ano 2</b>	<b>Ano1</b>
Políticas para a Preservação dos Recursos Florestais e Hídricos		
Políticas para a Reciclagem de Rejeitos Industriais e Residenciais		
Produtos Recicláveis Recolhidos		
Prêmios Recebidos		
Multas Ambientais		
Ações Judiciais Provenientes de Causas Ambientais		
Consumo de Energia Elétrica (em KW)		
Consumo de Água (em litros)		
Consumo de Combustíveis (em litros)		
Implantação de Sistema Gestão Ambiental		
Desenvolvimento de Programas Ambientais		
Programas de Incentivo à Produção Orgânica		
Programas de Educação Ambiental		
<b>Ética, transparência e responsabilidade social</b>		
<b>Informações Relevantes</b>	<b>METAS</b>	
Relação entre a Maior e a Menor Remuneração	Ano 2	Ano 1
Processo de Admissão de Empregados(as)		
Observação de Critérios Éticos, de Responsabilidade Social e Ambiental, na Seleção de Parceiros e Prestadores de Serviços		
Participação de Empregado(a)s no Planejamento da Instituição		
Atuação da Comissão/Conselho de Ética		
Adesão ao Pacto Global e Direitos Humanos		
<b>POLÍTICAS FUTURAS DE IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL</b>		
<b>Informações relevantes</b>	<b>METAS</b>	
Implementação de nova política salarial	Ano 2	Ano 1
Novos investimentos em capacitação		
Novos investimentos em proteção ambiental		
Políticas de direitos sociais e acesso à cidadania		
Políticas de geração de trabalho e renda		
Políticas de incentivo à arte, cultura, esporte e educação, saúde		
Outros		

Elaboração própria.

Por meio do modelo sintético apresentado através do quadro 12, sugere-se um balanço social com base em indicadores ambientais, de ética, transparência e responsabilidade social, e, por fim, políticas futuras de impacto social e ambiental, demonstrando as posturas futuras da organização com relação à práticas sustentáveis.

Por fim, o Balanço Social deve ser utilizado como subsídio de demonstração e avaliação do comprometimento da empresa com aspectos sociais, servindo como base para a estipulação de metas e comparações posteriores.

## CONCLUSÃO

Diante de todo conteúdo ora corroborado, pode-se confirmar a importância que o balanço social possui para as organizações, tendo em vista que reúne diversos dados e informações sobre a conduta da empresa perante a sociedade em geral.

O Balanço Social trata de uma ferramenta que agrupa informações gerais sobre a empresa, de modo que conste em um único arquivo, informações e indicadores sobre o seu desempenho ambiental, econômico e social. Existem empresas que optam por divulgar seu balanço social juntamente com as demonstrações contábeis, sendo, desta maneira, um importante aliado para a empresa, já que demonstra e avalia o comprometimento da empresa com aspectos sociais em um só documento.

A importância do balanço social e da responsabilidade social das empresas dá-se, principalmente, tendo em vista as dificuldades que existem para que o governo cuide dos problemas sociais que existem atualmente. Assim, incentiva-se que a iniciativa privada trabalhe juntamente com o governo na resolução de muitos problemas sociais que existem na sociedade brasileira, como o desemprego, educação, saúde, violência, entre outros. Então, para suprir essa necessidade, o governo deve unir-se com as empresas e sociedade civil para abranger ainda mais projetos sociais e amparar campos da sociedade que necessitam de intermédio.

Neste sentido, é importante relacionar a importância do balanço social com a essência da responsabilidade social das organizações, que envolvem, além de obrigações de cunho legal, mas também um comprometimento ético para com a sociedade. A responsabilidade social é uma característica de organizações responsáveis, que auxiliam em alterações positivas em diversos campos da sociedade, possibilitando melhorias no desenvolvimento econômico, tecnológico e social para todos.

Um importante ponto é que, como não existe obrigatoriedade acerca do modelo de balanço social que deve ser utilizado pelas empresas, cabe à própria organização escolher o caminho mais fácil para a elaboração deste demonstrativo. Além disso, destaca-se que a divulgação do balanço social também é variável, haja

vista que pode se apresentar de forma integrada ao relatório anual da empresa, ou ainda, como um documento único.

Foram estudados três modelos mais conhecidos de balanço social, sendo: IBASE, Ethos e o GRI, sendo que a escolha de cada um pelas empresas dá-se por meio de critério próprio. Os mais utilizados pelas empresas escolhidas pela presente pesquisa são o GRI e IBASE.

O GRI trata-se de um demonstrativo completo, considerando a veracidade dos dados informados no demonstrativo, sendo, deste modo, o principal aspecto relacionado a responsabilidade social. Dentre os indicadores desta ferramenta, também são divulgadas informações acerca da sustentabilidade econômica, ambiental e social da organização.

A partir da análise do balanço social de empresas como Natura, Bradesco, O Banco do Brasil e Itaú Unibanco Holding SA, pode-se concluir que ambas as empresas preocupam-se com a responsabilidade social, e fazem questão de divulgar as informações atinentes a esta postura em seu balanço financeiro anualmente.

Assim, a partir da análise de alguns pontos mais importantes das empresas elencadas pelo estudo, foi possível apresentar uma sugestão de um balanço social a ser utilizado pelas empresas, prezando pela amplitude de informações acerca das políticas sociais adotadas pela empresa. O modelo mais completo, atualmente, é o GRI, portanto, este modelo foi utilizado como escopo para desenvolver a presente proposta.

Devem estar presentes no balanço social indicadores sociais, ambientais e demais indicadores relevantes que permitam que se conheça a atuação e a responsabilidade social da empresa. É preciso que seja realizado um quadro comparativo com o ano anterior, para verificar se os objetivos estão sendo cumpridos, e se a empresa permanece atuando com responsabilidade social perante toda a sociedade.

No que tange aos indicadores ambientais, devem estar presentes a valorização, bem como, ações realizadas e investimentos realizados na área ambiental, sempre visando apresentar melhorias ambientais, transmitindo, desta forma, mais confiança na atuação da empresa.

Também é importante divulgar dados internos sobre recursos humanos, que demonstram diretamente como a empresa se comporta internamente, com seus

próprios colaboradores. Uma empresa que se preocupa com benefícios, com um ambiente de trabalho adequado, já ganha muitos pontos positivos no mercado para com seus investidores, consumidores e sociedade no geral.

É importante reafirmar que o fato de que o balanço social não é obrigatório no Brasil, juntamente com a falta de um modelo padrão de balanço social a ser seguido, faz com que muitas empresas não demonstrem interesse em atuar em prol da sociedade, tampouco divulgar dados sobre sua conduta em geral. Assim, conclui-se que o balanço social trata-se de uma ferramenta essencial para a gestão da empresa.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. G.; OLIVEIRA, T. C. Balanço social: análise dos modelos praticados atualmente e indícios de padronização em empresas que fazem parte do índice de sustentabilidade empresarial. **Revista ENIAC Pesquisa**, Guarulhos, v. 7, n. 1, jan.-jun. 2017.
- ALIGLERI, L.; SOUZA, R. A. Contribuição da teoria institucional para a compreensão do modelo de gestão socialmente responsável adotado pelas empresas contemporâneas. **Revista Gestão & Tecnologia**, n. 10, v. 2, p. 1-15, 2010.
- ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BANCO DO BRASIL – BB. **Relatório anual**. 2018. Disponível em: <https://www45.bb.com.br/rao/ri/ra2018/pt/index.html>. Acesso em 25 nov. 2019.
- BARACHO, Hertha Urquiza; CUNHA, Belinda Pereira (coord). **Ética ambiental e desafios na pós-modernidade**: responsabilidade social, empresa, comunidade e meio ambiente. Curitiba: Appris, 2018.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos Modelos e Instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BASSETTO, Luci Ines. **A Incorporação da Responsabilidade Social e Sustentabilidade**: Um Estudo Baseado no Relatório de Gestão 2005 da Companhia Paranaense de Energia – COPEL. *Gestão. Produção*, São Carlos, v.17, 2010.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1990.
- BATISTA, H. M. Balanço Social: Uma Mudança de Estratégia a Favor da Política Social. **XVI Congresso de Contabilidade**. Goiânia: 2000.
- BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BRADESCO. **Balanço social**. 2016. Disponível em: <https://www.bradescosustentabilidade.com.br/site/uploads/secao/BALAN%C3%87O%20SOCIAL%202016.pdf>. Acesso em 18 out. 2019.
- BRADESCO. **Relatório integrado**. 2017. Disponível em: <https://relatoweb.com.br/bradesco/2017/pt/sustentabilidade.html>. Acesso em 10 nov. 2019.
- BRADESCO. **Sustentabilidade**. 2020. Disponível em: <https://www.bradescosustentabilidade.com.br/>. Acesso em 04 fev. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.638/2007**. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm). Acesso em 07 jan. 2020.

BRASIL. **Protocolo de Quioto**. Ministério do Meio Ambiente. 2020. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/protocolo-de-quioto.html>. Acesso em 27 fev. 2020.

CARPES, Maria Margareth M. **A responsabilidade social como um fator de competitividade nas organizações**: uma proposta teóricometodológica para avaliação de desempenho. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS4661.pdf>. Acesso em: 11 out. 19.

COSTA, C. A. G. D. **Contabilidade ambiental**: mensuração, evidenciação e transparência. São Paulo: Atlas, 2012.

COSTA FILHO. A. V. **Um estudo dos balanços sociais dos bancos do BRASIL**. In: **Instituto Ethos**: Responsabilidade Social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2004.

COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro e. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

CUSTÓDIO, Ana Lucia de Melo; MOYA, Renato. **Guia para Elaboração de Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade**. São Paulo, Ethos, 2007. Disponível em: [http://www.ethos.org.br/docs/conceitos\\_praticas/guia\\_relatorio](http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio). Acesso em: 10 de out. de 2019.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. de S. Evolução e estrutura do balanço social no Brasil e países selecionados: um estudo empírico. **RAC-Eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 136-152, maio/ago 2007.

CRETELLA JUNIOR, J. **Controle jurisdicional do ato administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

DANTAS, Fabiano. **Balanço social e a responsabilidade social nas empresas**. Revista de Ciências Gerenciais, v. 15, n. 21, 2015.

DE LUCA, M. M. M. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

DE LUCA, M. M. M. Responsabilidade Social: um diferencial competitivo para as empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, ano 34, n. 152, p. 25-34, mar./abr., 2005.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. A. M. **Responsabilidade social: a empresa hoje**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos, 1986.

ESTEVES, Ana Maria C. **Guia de Elaboração do Balanço Social**. São Paulo, 2006. Disponível em: [http://www.ethos.org.br/\\_Uniethos/documents/20060821/guia\\_balanco\\_social\\_2006.pdf](http://www.ethos.org.br/_Uniethos/documents/20060821/guia_balanco_social_2006.pdf). Acesso em: 24 de outubro de 2012.

ETHOS, Instituto. **O Balanço Social e a Comunicação da Empresa com a Sociedade**. São Paulo, 2007.

FACHIM, Zulmar. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

FACHIN, C. Roberto; MENDONÇA, J. Ricardo C. de. **Selznick: uma visão da vida e da obra do precursor da perspectiva institucional na teoria organizacional**. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falção; CARVALHO, Cristina Amélia (Org.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

FERREIRA, Felipe Alberto Verza. **Função Social da Empresa. Jus navegandi**, Teresina, ano 9, nº 731, 6 julho 2005. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6967e>. Acesso em 28 de nov. 2019.

FONSECA, M. F. **Certificação de sistemas de produção e processamento de produtos orgânicos de origem animal: história e perspectiva**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. v. 19, n. 2, p. 267-97, 2002.

FONSECA, V. **A abordagem institucional nos estudos organizacionais contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FREIRE, F. S. de; REBOUÇAS, T. R. S. da. **Uma descrição sucinta do balanço social francês, português, belga e brasileiro**. In: SILVA, C. A. T.; FREIRE, F. de (Org.). **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

FREIRE, Fátima de Souza; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Balanço Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

GARCIA, W. **Direito ambiental: elementos do direito**. Porto Alegre: Premier, 2009.

GOMES; E. R.; ROCHA, F. **O balanço social como instrumento de gestão de responsabilidade social e de transparência de gestão**. II Simpósio Internacional de Transparência nos Negócios. Niterói, 2008.

GONÇALVES, Ernesto Lima (org.). **Balanço social: instrumental de avaliação de desempenho e correção do planejamento social na vida da empresa**. Balanço social da empresa na América Latina. São Paulo: Pioneira, 1980.

GONZALEZ, Roberto Sousa. **Balanço Social: um disclosure necessário**. Monografia para o XVI Congresso ABAMEC, 2000.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2005.

HORTA, Luciana. **Responsabilidade Social das Empresas**. 2011. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article5734.html?id\\_article=565Empresas](http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article5734.html?id_article=565Empresas). Acesso em: 06 de dez. 2019.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Balanco Social**. 2007. Disponível em: <https://ibase.br/pt/balanco-social/>. Acesso em: 24 de out. 2019.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Comercial**: Atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e MP 449/08-8. São Paulo: Atlas, 2009.

ITAÚ. **Demonstrações contábeis completas em IFRS**. 2018. Disponível em: [www.itaubr.com.br/relacoescominvestidores](http://www.itaubr.com.br/relacoescominvestidores). Acesso em 09 nov. 2019.

ITAÚ. **Quem somos**. 2020. Disponível em: <https://www.itaubr.com.br/sobre/quem-somos/>. Acesso em 04 fev. 2020.

KHALIL, Raja Oliveira. **Processo decisório e Responsabilidade Social nas Micro e pequenas Empresas**. 2008. Disponível em: [http://www.egrad.org.br/area\\_cientifica/artigos/processo\\_decisorio\\_e\\_responsabilidade\\_social\\_nas\\_microempresas\\_analise\\_das\\_microempresas\\_da\\_cidade\\_de\\_rio\\_bonito\\_rj/747/](http://www.egrad.org.br/area_cientifica/artigos/processo_decisorio_e_responsabilidade_social_nas_microempresas_analise_das_microempresas_da_cidade_de_rio_bonito_rj/747/). Acesso em: 02 de out. 2010.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanco social: uma proposta de normatização. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 129, p. 53-63, maio/jun. 2001.

LINE, M; HAWLEY, H.; KRUT, R. The development of Global Environmental and Social Reporting. **Corporate Environmental Strategies**, v. 9, n. 1, p. 69-78, 2002.

LISBOA NETO, H. **Organização das informações do balanço social em instituição financeira como instrumento de gestão de sua responsabilidade social**. (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, 2003. 145 p.

LÔBO, P. L. N. **A teoria do contrato e o novo código civil**. Maceió: Nossa Livraria, 2003.

LOURENÇO, A. G.; SCHRODER, D. **Vale investir em responsabilidade social corporativa empresarial?** Stakeholders, ganhos e perdas. São Paulo: Petrópolis, 2003.

MARTINS, Caroline Miriã Fontes; BERNARDO, Denise Carneiro dos Reis; MADEIRA, Geová José. Origem e evolução do balanço social no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 105-116, abr. 2002.

- MAZZIONI, Sady; GALANTE, Celso; KROETS, César Eduardo Stevens. **Delineamento de um modelo de balanço social**. 2005. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos62006/367.pdf>. Acesso em 13 out. 2019.
- MEDEIROS, Luiz E.; REIS, Carlos N. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MELO NETO, F. P.; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Eficácia das normas constitucionais sobre a Justiça Social. **Revista do Serviço Público**, São Paulo, v. 110, n. 04, 1982, p. 63-78.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Mandado de Segurança 22.164**. Diário da Justiça de 17 de novembro de 1995.
- MIRANDA, Maria Bernadete. **A publicidade e a oferta no Código de Defesa do Consumidor**. 2017. Disponível em: <http://estadodedireito.com.br/publicidade-e-oferta-no-codigo-de-defesa-do-consumidor/>. Acesso em 10 jun. 2019.
- MORAES, Daniela Andréa. **A responsabilidade social e o balanço social da empresa**. 2004. Disponível em: [http://www.ead.fea.usp.br/tcc/trabalhos/artigo\\_Daniela%20Moraes.pdf](http://www.ead.fea.usp.br/tcc/trabalhos/artigo_Daniela%20Moraes.pdf). Acesso em 03 out. 2019.
- MUNIZ, E. **Publicidade e propaganda - origens históricas**. Caderno Universitário, n. 148. Canoas: ULBRA, 2004.
- NATURA. **Relatório anual**. 2018. Disponível em: [https://static.rede.natura.net/html/home/2019/agosto/relatorio\\_anual\\_natura\\_2018.pdf](https://static.rede.natura.net/html/home/2019/agosto/relatorio_anual_natura_2018.pdf). Acesso em 10 out. 2019.
- NATURA. **Sustentabilidade**. 2020. Disponível em: <https://www.natura.com.br/sustentabilidade>. Acesso em 04 fev. 2020.
- NAPOLITANO, Carlo José. **Do princípio da livre iniciativa na Constituição Federal de 1988 de 1988**. Revista do Instituto de Pesquisa e Estudos. Divisão Jurídica. Faculdade de Direito de Bauru. p. 191-196, mai./ago. 2004.
- NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano; SERRANO, Yolanda Alves Pinto. **Código de Defesa do Consumidor interpretado**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- NUSDEO, Fábio. **Curso de Economia: introdução ao direito econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- OLIVEIRA, J. A. P. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE - Eletrônica**, v. 4, nº 1, art. 2, Jan/Jul, 2005. Disponível em <http://www.rae.com.br/eletronica>. Acesso em 10 out. 2019.

ONO, F. Z. T.; PANUCCI FILHO, Laurindo. **Relatórios de adesão e de divulgação das informações de natureza social e ambiental por empresas brasileiras.**

2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/13570/9595>. Acesso em: 12 out. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **A ONU e o meio ambiente.** 2011. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em 10 dez. 2019.

PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço Social: Responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília, v. 31, n. 134, mar/abr 2002, p. 51-59.

PIMENTA, Eduardo Goulart. Atualidades. Análise econômica do direito e a regulamentação das sociedades empresariais brasileiras: entre a autonomia da vontade e a estrita legalidade. **Revista de direito mercantil: industrial econômico e financeiro.** v. 45, n. 142, p. 66-79, abr/jun. 2006.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. **Gestão- Cidadão:** Ações estratégicas para participação social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças – USP.** São Paulo, n. 36, Set/Dez, 2004, p. 21 – 34.

QUINTELLO, Robson. **A teoria institucional aplicada à administração:** entenda como o mundo invisível impacta na gestão dos negócios. São Paulo: Novatec, 2007.

REETZ, Lucimar; TOTTOLA, Etienne de Castro. **Responsabilidade Social:** Impossível Ficar de Fora. São Paulo: Livro Pronto, 2006.

ROLIM, Francisco Petrônio de Oliveira; JATOBÁ, Augusto César Maurício de Oliveira; BARACHO, Hertha Urquiza. Sustentabilidade à luz da Constituição de 1988: uma análise contemporânea. **Revista CEJ,** v. 18, n. 64, 2015.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito.** São Paulo: Saraiva, 1986.

REUSCH, F. S. **Congregação de Nossa Senhora:** balanço social bom para entidade, melhor ainda para a sociedade. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Passo Fundo, Passo Fundo, 2004.

RIBEIRO, Maisa de SOUZA. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Maria de Fátima; BASSOLI, Marlene Kempfer. **Planejamento Tributário e o Valor Jurídico da Solidariedade.** In Planejamento Tributário. PEIXOTO, Marcelo Magalhães; ANDRADE, José Maria Arruda. (coord.). São Paulo: MP Editora, 2007.

ROBBINS, Stephen. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SANTIAGO, Mariana Ribeiro; CAMPELLO, Livia Gaigher Bósio. Função social e solidária da empresa na dinâmica da sociedade de consumo. **Revista Scientia Iuris**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 119-143, abr. 2016.

SANTOS, Mario Augusto dos. **Empresa Meio Ambiente e Responsabilidade Social. Um Olhar sobre o Rio de Janeiro**. 2003. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/empresas\\_meio\\_ambiente\\_e\\_responsabilidade\\_social\\_um\\_olhar\\_sobre\\_o\\_rio\\_de\\_janeiro.pdf](http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/empresas_meio_ambiente_e_responsabilidade_social_um_olhar_sobre_o_rio_de_janeiro.pdf). Acesso em: 02 de nov. 2019.

SANTOS, A. C. T. *et al.* **Balanco Social**: Uma análise da divulgação de informações por empresas de capital aberto selecionadas. *Revista Repensando*, Edição 1/2007 – 1º. Semestre de 2007.

SANTOS, F. A. **Experiências corporativas em sustentabilidade e responsabilidade social**. São Paulo: Baraúna, 2014

SELZNICK, Philippe. **Liderança em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

SILVA, Cesar Augusto Tiburcio; FREIRE, Fatima de Souza. **Balanco social**: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Bruna Mariano; KRAUTER, Elizabeth. **Um Estudo Sobre Responsabilidade Social Empresarial com Empresas Brasileiras do Setor de Energia que Utilizam o Modelo IBASE**. Anais do II SINGEP – São Paulo – SP – Brasil. SUSTENTABILITY, Reporting Guidelines, 2006.

SIQUEIRA, J. R. M. **Balanco Social**: Evidenciação da Responsabilidade Social. In: FERREIRA, A. C. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; GOMES, M. Z. (Org.). *Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais*. São Paulo: Atlas, 2009

STEINER, G. A.; MINER, J. B. **Política e estratégia administrativa**. São Paulo: USP, 1981.

TENÓRIO, F. G. (org.). **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TINOCO, J. E. P. Balanco social e a contabilidade no Brasil. **Cad. estud.**, n. 9. São Paulo, out. 1993.

TINOCO, J. E. P. **Balanco social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. **A institucionalização da teoria institucional**. São Paulo: Atlas, 1999.

TORRES, Ciro. **Um pouco da história do balanço social**. 2010. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 10 out. 2019.

TORRES JUNIOR, Fabiano; SILVA, Fernanda Rosa. Balanço social: instrumento de evidencição dos objetivos sociais. **Pensar Contábil**, v. 10, n. 39, 2008.

TOSINI, M. F. C. **Risco ambiental para as instituições financeiras bancárias**. Campinas: Unicamp, 2005.

VENTURA, E. C. F. **Responsabilidade social sob a óptica do "Novo espírito do capitalismo"**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (ANPAD), 27, 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: Anpad, 2003.

VENTURA, E. C. F. Dinâmica de institucionalização de práticas sociais: estudo de responsabilidade social no campo das organizações bancárias. Rio de Janeiro: **EBAPE/FGV**, 2005.

VERGARA, S. C.; BRANCO, P. D. Empresa humanizada: a organização necessária e possível. **RAE – Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: RAE. v. 41, n. 2, p. 20-30, abril-junho/2001.

WELTER, Elisa; OBERGER, Rosimere; VANZELLA, César Roberto. **A Demonstração do Valor Adicionado-DVA: um Estudo de Caso de uma cooperativa de eletrificação e Desenvolvimento Econômico**. Revista Ciências Empresariais da Unipar. v.6 nº.1, jul./dez. 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.